

Organização:

Jean Carlo Silva dos Santos
Edney Costa Souza
Alessandro Lubiana
Zeno Germano de Souza Neto
Pedro Abib Hecktheuer
Roxane Dias da Silva
José Nilton Leite de Oliveira
Carolina Simões Correia
Wesley Cristian Mêrces Teixeira

II Congresso Políticas
Públicas e Projetos
para Amazônia:

Desafios, Sustentabilidades e Perspectivas

CADERNO DE RESUMOS!



Porto Velho - RO
2025





Organização:

Jean Carlo Silva dos Santos
Edney Costa Souza
Alessandro Lubiana
Zeno Germano de Souza Neto
Pedro Abib Hecktheuer
Roxane Dias da Silva
José Nilton Leite de Oliveira
Carolina Simões Correia
Wesley Cristian Mêrces Teixeira



II Congresso Políticas
Públicas e Projetos
para Amazônia:

Desafios, Sustentabilidades e Perspectivas

CADERNO DE RESUMOS!

Organização:



APOIO:  fapero

Editora:



Porto Velho - RO
2025



Reitora

Marcia Abib Hecktheuer

Vice-Reitor e Diretor Administrativo

Pedro Abib Hecktheuer

Diretor Acadêmico

Edney Costa Souza

Coordenador de Pesquisa e Extensão

Edney Costa Souza

Organizadores

Pedro Abib Hecktheuer

Vinícius de Assis

Bruna Moreira Lourenço Hecktheuer

Carla Manuela Franco dos Santos

Comitê Editorial**Presidente**

Fabio Rycheki Hecktheuer

Diretor Executivo

Fábio Abib Hecktheuer

Membros

Wesley Cristian Mêrces Teixeira

Representante do Curso de Filosofia

Zeno Germano de Souza Neto

Representante do Curso de Psicologia

Carolina Simões Correia

Representante do Curso de Direito

Wesley Cristian Mêrces Teixeira

Representante do Curso de Teologia

José Nilton Leite de Oliveira

Representante do Curso de Administração

Roxane Dias da Silva

Representante dos Cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição

Paulo Márcio Cruz - Convidado Externo (PPGCJ/UNIVALI)

Denise Schmitt Siqueira Garcia - Convidada Externa (PPGCJ/UNIVALI)

Alfredo Alejandro Gugliano - Convidado Externo (PPGCPol/UFRGS)

Expediente**Revisão**

Adriana Fernandes

Diagramação

Débora de Oliveira Silva

Projeto Gráfico

Alessandra Modkovski Leigue e Natália Oliveira Bicca

Créditos

Este e-book foi possível por conta da articulação acadêmica para propagação do conhecimento científico do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, conjuntamente com os Cursos de Graduação em Administração, Direito, Enfermagem, Filosofia, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Teologia da Faculdade Católica de Rondônia.

Projeto de Fomento

Obra resultado do fomento à pesquisa previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Católica de Rondônia, cujos custos são absorvidos pela IES, para a propagação do conhecimento científico de discentes, docentes e da comunidade científica regional.

Endereço

Av. Governador Jorge Teixeira, 4100 - Costa e Silva - CEP: 76803-594, Porto Velho – RO –
Brasil – EdUCAR, Telefone: (69) 3211-4505

Bibliotecária responsável: Jenifer Martins Garcia CRB11ª 3511

c749 II Congresso Políticas Públicas e Projetos para Amazônia:
Desafios, Sustentabilidade e Perspectivas: Caderno
de Resumos. -- Porto Velho – RO: EDUCAR, 2025.

ISBN 9786586431452

I.Santos, Jean Carlo Silva Dos. II.Souza, Edney Costa.
III. Lubiana, Alessandro. IV.Souza Neto, Zeno Germano
de. V.Hecktheuer, Pedro Abib. VI.Silva, Roxane Dias
Da. VII.Oliveira, José Nilton Leite De. VIII.Correia,
Carolina Simões. IX.Teixeira, Wesley Cristian Mêrces.
X. Título.

CDD: 350.8

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
PAITER SURUÍ: ENTRE TRADIÇÃO, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	10
João Henrique Alves Rodrigues.....	10
Eduardo Luiz do Carmo Neto.....	10
Lincoln Sestito Neto.....	10
O DESAFIO DA RECONSTRUÇÃO EMOCIONAL FEMININA E AS REPERCUSSÕES PSICOLÓGICAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA VIDA DA MULHER.....	12
Erondina Adeliana Hounsell Cardoso.....	12
Neire Abreu Mota Porfiro.....	12
POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS EM RONDÔNIA: DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NA AMAZÔNIA LEGAL.....	14
Daniele Braga Brasil.....	14
Rogério Cajueiro da Silva.....	14
INDICADORES E MAPEAMENTO DE NOVOS MODELOS DE NEGÓCIOS NA AMAZÔNIA LEGAL.....	17
Clebson Vasconcelos Pinheiro.....	17
Geisiane Nunes Tavares.....	17
Andrea Parisi Kern.....	17
EDUCAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: O USO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA JUNTO A COMUNIDADES TRADICIONAIS EM RONDÔNIA.....	19
Tábita Maciel Amorim.....	19
Tainá Oliveira Santos.....	19
Daniele Braga Brasil.....	19
TERRITÓRIO PERDIDO, VOZES SILENCIADAS: A GENTRIFICAÇÃO DA COMUNIDADE DE MUTUM PARANÁ.....	21
Eduardo Luiz do Carmo Neto.....	21
Jessica Peixoto Cantanhede.....	21
Lincoln Sestito Neto.....	21
Vinicius de Assis.....	21
Pedro Abib Hecktheuer.....	21
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E DIREITOS DO USUÁRIO: IMPACTOS E APLICAÇÕES.....	24
Anne Naomi Oiye Oliveira.....	24
Camilla Nogueira de Vasconcelos.....	24
Marcos Vinícius Lima Araújo.....	24
Regina Cidade de Carvalho.....	24
Edson Antônio Sousa Pontes Pinto.....	24
EMPREENDEDORISMO SOCIAL.....	27
Aurilene Souza Pereira.....	27
Jordana Lemes Duarte.....	27
José Rodolfo Castro leal.....	27

Letícia Belmira Furtado de Souza.....	27
Thaise Pescador Colla.....	27
Edney Costa Souza.....	27
IMPACTOS DA USINA SANTO ANTÔNIO SOBRE OS ECOSISTEMAS LOCAIS: UMA ABORDAGEM GERAL.....	29
Beatriz Arruda de Souza.....	29
Guilherme Afonso da Silva.....	29
Isabella Cristine de Souza Cassol Meira.....	29
Jucelino Boveda.....	29
Milena Ribeiro Lopes.....	29
Rafael Mendonça de Assis.....	29
Thaís Gabrielle Nascimento Macena.....	29
José Alberto Oliveira de Paula.....	29
O RETROFIT NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO: UMA LEITURA SOB À ÓTICA DA HERMENÊUTICA SUSTENTÁVEL.....	31
Luiz Phelippe de Assumpção Barroso.....	31
Cássio Bruno Castro Souza.....	31
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PORTO VELHO: PERCEPÇÃO DISCENTE SOBRE DESAFIOS, OPORTUNIDADES E POTENCIAL PARA A EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DA ARTICULAÇÃO COM CONSELHOS MUNICIPAIS.....	33
Edicarlos da Silva Matos.....	33
A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR EM JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÕES ACIMA DE 40 SALÁRIOS MÍNIMOS EM AÇÕES CONSUMERISTAS.....	36
Vito Oliveira Mazzola.....	36
Cláudio Rubens Nascimento Ramos Júnior.....	36
ESTRESSE OCUPACIONAL EM PROFISSIONAIS DE SAÚDE: UM ESTUDO COM ENFERMEIROS PORTUGUESES.....	38
Luanne Pereira Freire.....	38
AValiação DO CONHECIMENTO SOBRE MÉTODOS DE MITIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES OFÍDICOS EM COMUNIDADES RURAIS PRÓXIMO A PORTO VELHO/RONDÔNIA.....	39
Ricardo Segundo Da Silva Dutra.....	39
Leandro Soares Moreira Dill.....	39
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA.....	40
Rafaela Blenda Souza Fernandes.....	40
Leandro Soares Moreira Dill.....	40
REFLEXÃO SOBRE EMPREENDEDORISMO E TRABALHO PARA ADOLESCENTES.....	42
Priscilla Rodrigues Rocha Moreira.....	42
Taline Daiane Freitas Sales Pontes.....	42
Tais Pereira de Oliveira Reis.....	42
Wigna Kalene Venancio de Lima.....	42
Edney Costa Souza.....	42
EMPREENDEDORISMO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL: CAPACITAÇÃO PARA A COMUNIDADE.....	44

Caio Luiz Duarte Raposo Bogo.....	44
Carolina de França e Silva Oliveira.....	44
Maria Luisa de Souza Toledo.....	44
Otávio Henrique Pereira Leite.....	44
Edney Costa Souza.....	44
MODELAGEM DO IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO TRATAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE PORTO VELHO/RO.....	46
Janaina Penha da Silva.....	46
Karen Ribeiro.....	46
Karina Ribeiro Ferreira de Medeiros.....	46
Lucas Azevedo de Aguiar.....	46
Márcia Andrea Ramalho de Araújo.....	46
Rafael Bezerra Gomes.....	46
Wigna Kalene Venancio de Lima.....	46
Edney Costa Souza.....	46
O SARAMPO NA REGIÃO NORTE DO BRASIL (2010–2025): UM LEVANTAMENTO EPIDEMIOLÓGICO.....	48
Elisssandelli Galvão Cardoso.....	48
Leandro Soares Moreira Dill.....	48
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA.....	50
Marcia Meira dos Santos.....	50
Leandro Soares Moreira Dill.....	50
AS DIFICULDADES NOS TRATAMENTOS DE FERIDAS DE LEISHMANIA TEGUMENTAR AMERICANA EM RONDÔNIA.....	52
Thyciana Cardoso Valente.....	52
Leandro Soares Moreira Dill.....	52
MONITORAMENTO AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA RELACIONADOS À GESTÃO DE RESÍDUOS HOSPITALARES EM PORTO VELHO/RO.....	54
Karolyne Victória Silva Araújo.....	54
Larissa Menezes Silva.....	54
Evellen Ortis de Moraes Carvalho.....	54
Karen das Neves Araújo Vieira.....	54
Raissa Castro Vieira.....	54
João Carlos Oliveira de Jesus.....	54
José Alberto Oliveira de Paula Machado.....	54
PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTADO, EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	56
Camille Vitória Borges.....	56
Lorhane Lima da Silva.....	56
Raissa Cavalcante Moura.....	56
Leandro Soares Moreira Dill.....	56
VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA REGIÃO AMAZÔNICA.....	58
Stéfanie Guimarães.....	58
Leandro Soares Moreira Dill.....	58

SUSTENTABILIDADE E FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE EM ESTRUTURA REAPROVEITADA..... 60

Beatriz Farhat Pinheiro..... 60

Flaudemir Reis de Oliveira..... 60

Lucas Gabriel Santos de Carvalho..... 60

Mariana Calil Gusson Fontenele dos Reis..... 60

Rômulo Aleixo Costa..... 60

Sabrina Garcia de Oliveira..... 60

Thauane Gabrielle Ferreira de Moraes Lima..... 60

Vinicius Tome Santos Guimarães..... 60

José Alberto Oliveira de Paula Machado..... 60

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Católica de Rondônia, por intermédio de sua Diretoria Acadêmica, tem a satisfação de apresentar os anais do II Congresso Políticas Públicas e Projetos para a Amazônia: Desafios, Sustentabilidade e Perspectivas, realizado nos dias 25 e 26 de junho de 2025, em Porto Velho (RO) na sede da Instituição.

Este Congresso se consolida como um espaço de produção e difusão científica, de reflexão crítica e de diálogo interdisciplinar acerca dos grandes desafios que marcam a região amazônica. Ao reunir pesquisadores, professores, estudantes, profissionais e representantes da sociedade civil, reafirma-se o compromisso coletivo de pensar políticas públicas capazes de responder, de forma inovadora e sustentável, às demandas sociais, ambientais, econômicas e humanísticas do território.

O tema central desta edição, “Desafios, Sustentabilidades e Perspectivas”, expressa a urgência de integrar saberes, experiências locais e perspectivas globais na construção de alternativas que valorizem a diversidade cultural, respeitem os direitos humanos e fortaleçam a sustentabilidade socioambiental. Trata-se de uma agenda que articula o conhecimento acadêmico e popular em torno do desenvolvimento amazônico, em sintonia com os princípios de justiça social e preservação ambiental.

Com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO), esta iniciativa fortalece o papel da Faculdade Católica de Rondônia como instituição que promove a pesquisa, a extensão e a formação crítica, contribuindo para o avanço do conhecimento científico e para a transformação da realidade regional.

A programação deste Congresso compreendeu apresentação de trabalhos científicos, mesas-redondas e discussões interdisciplinares, organizadas em eixos temáticos que abrangem questões centrais para a Amazônia.

Ao disponibilizar este e-book, a Faculdade Católica de Rondônia reafirma sua convicção de que a construção de políticas públicas para a Amazônia exige cooperação entre diferentes saberes, escuta plural e compromisso coletivo com o futuro da região. Desejamos que as reflexões aqui registradas inspirem novos estudos, fortaleçam práticas inovadoras e contribuam para uma Amazônia mais justa, sustentável e humana.

Prof. Dr. Edney Costa Souza
Diretoria Acadêmica
Faculdade Católica de Rondônia – FCR

PAITER SURUÍ: ENTRE TRADIÇÃO, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

João Henrique Alves Rodrigues¹

Eduardo Luiz do Carmo Neto²

Lincoln Sestito Neto³

RESUMO

O artigo analisa a trajetória histórica, as políticas públicas e as práticas de protagonismo do povo indígena Paiter Suruí, localizado entre Rondônia e Mato Grosso, destacando sua relevância na preservação ambiental, na valorização cultural e na resistência frente às adversidades impostas pelo contato com a sociedade não indígena. O objetivo central consiste em compreender de que maneira os Paiter Suruí conciliam tradição e modernidade em suas estratégias de afirmação cultural e sustentabilidade. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica e documental, a partir de estudos acadêmicos, relatórios institucionais e registros oficiais que abordam a história, as políticas indigenistas e as iniciativas próprias da comunidade. Os resultados indicam que, embora as políticas públicas destinadas aos povos indígenas apresentem limitações e contradições, os Paiter Suruí têm desenvolvido experiências singulares de protagonismo, como o uso de tecnologias, a participação em conferências internacionais e a implementação de projetos voltados à sustentabilidade e ao mercado de carbono. A experiência desse povo revela um processo contínuo de resistência, reafirmação identitária e inserção em debates globais, configurando-o como um caso paradigmático da articulação entre saberes tradicionais e práticas contemporâneas no contexto indígena brasileiro.

Palavras-chave: Cultura Indígena; Desenvolvimento Sustentável; Paiter Suruí; Políticas Públicas; Resistência.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

DE CASTRO BARBOSA, Xênia; CHEDIAK, Sheylla; CARDOZO, Ivaneide Bandeira. O valor da floresta: trajetória histórica dos Paiter Suruí no uso dos recursos florestais na Terra Indígena Sete de Setembro. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 26, 2021, p. 16.

¹ Mestrando em Direito pela Faculdade Católica de Rondônia. Bacharel em Direito pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho – ILES/ULBRA, pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Gama Filho, pós-graduado em Direito Público pela Universidade Anhangüera - UNIDERP, Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB nº 6414/RO, Assessor Jurídico do Ministério Público do Estado de Rondônia. E-mail: joao.rodrigues@sou.fcr.edu.br.

² Mestrando em Direito pela Faculdade Católica de Rondônia. Graduação em Direito pela Faculdade de Rondônia (2012). Pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal (2020). E-mail: eduardo.neto@sou.fcr.edu.br.

³ Mestrando em Direito pela Faculdade Católica de Rondônia. Bacharel em Direito pela Sociedade Educacional de Rondônia - UNESC, Cacoal - RO. Pós-graduado em Direito Tributário pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (2015). Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Rondônia (2024). E-mail: lincoln.neto@sou.fcr.edu.br.

DEBASTIANI, Patrícia; MATTA, Ricardo; SANTOS, Vitor. Covid-19 e políticas anti-indígenas no Brasil: um estudo sobre a ADPF 709. *Revista Direitos Humanos e Sociedade*, v. 11, n. 3, 2020.

DREMISKI, João Luiz; LINI, Priscila. A Convenção N. 169 da Organização Internacional do Trabalho. Os direitos dos povos indígenas no Brasil: desafios no século XXI. Curitiba: Letra da Lei, p. 75-96, 2013.

FAVARETO, A. Transição para a sustentabilidade no Brasil e o desenvolvimento territorial nos marcos da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Parc. Estrat. Brasília-DF*, v. 24, n. 49, p. 49-72, jul-dez 2019, p. 51-52.

OLIVEIRA, Tiago Iteor Suruí. Memórias do contato: os Paiter Suruí e o impacto da colonização em Rondônia. Universidade Federal de Rondônia, 2020.

RIOS, Mirivan Carneiro. A formação dos professores indígenas suruí no estado de Rondônia. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

ROMERO, Zeus Moreno. Os Paiter Suruí: do arco e flechas ao uso das tecnologias do século XXI [em linha]. 2018.

SESAI. [Relatório institucional]. 2015.

SILVESTRE, João et al. Resistência e protagonismo: os Suruí de Rondônia na busca pelo desenvolvimento sustentável. *Revista de Estudos Amazônicos*, v. 16, n. 1, 2022.

SILVESTRE, Ronie Peterson et al. Os Suruí de Rondônia: resistência e protagonismo em busca do desenvolvimento sustentável. *International Journal of Environmental Resilience Research and Science*, v. 4, n. 2, p. 1-22, 2022.

SOUZA, F. P.; MEDEIROS, H. Q. A implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) em Mato Grosso, Brasil. 2021.

SOUZA, F. P.; MEDEIROS, H. Q. A implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) em Mato Grosso, Brasil. 2021, p. 7.

SURUÍ, C. Reflorestamento da Terra Indígena Sete de Setembro: uma mudança da percepção e da conduta do povo Paiter Suruí de Rondônia? 2013. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a povos e terras tradicionais). Universidade de Brasília, 2013.

SURUÍ, Ġaami Anine; SURUÍ, Ġakaman; SURUÍ, Ġasalab. Histórias do começo e do fim do mundo: o contato do povo Paiter Suruí. Ikorê, 2016.

XAVIER, Lais dos Santos. Os Suruí de Rondônia: resistência e protagonismo em busca do desenvolvimento sustentável. 2018.

O DESAFIO DA RECONSTRUÇÃO EMOCIONAL FEMININA E AS REPERCUSSÕES PSICOLÓGICAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA VIDA DA MULHER

Erondina Adelianna Hounsell Cardoso⁴

Neire Abreu Mota Porfiro⁵

RESUMO

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno persistente, de caráter estrutural, cujos efeitos ultrapassam o tempo e o espaço do relacionamento abusivo. Este estudo busca compreender como a mulher vivencia o processo de reconstrução subjetiva e emocional após o rompimento com o agressor, considerando o impacto psicológico, social e econômico em sua trajetória. Outrossim, é ordenado como um fenômeno complexo e multicausal, enraizado em estruturas históricas e culturais de dominação patriarcal, que se perpetua por meio de relações desiguais de poder. Mais do que uma agressão física ou verbal, a violência doméstica representa uma violação sistemática dos direitos humanos e impacta profundamente a subjetividade e a saúde mental da mulher. Segundo a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a violência doméstica é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial à mulher (Brasil, 2006). Estudos demonstram que os efeitos da violência doméstica não cessam com o fim do relacionamento abusivo, estendendo-se ao longo da trajetória de vida da mulher, comprometendo sua autoestima, sua capacidade de reconstrução identitária e seu acesso a políticas públicas de proteção e cuidado (Saffioti, 2004; Vidigal, 2020). O ciclo da violência, caracterizado pelas fases de tensão, agressão e reconciliação, tende a produzir um vínculo traumático que aprisiona a vítima, dificultando a ruptura e gerando um processo de vitimização secundária quando a rede de apoio institucional falha em oferecer acolhimento adequado (Silva; Saliba, 2023). No contexto da reconstrução emocional, a Psicologia tem papel essencial ao promover o acolhimento empático e a escuta qualificada, oferecendo suporte às mulheres para que possam ressignificar suas experiências e desenvolver estratégias de enfrentamento (Mazzutti, 2012). Nesse sentido, compreender os fatores que favorecem ou dificultam a travessia emocional e subjetiva dessas mulheres após o rompimento com o agressor é fundamental para o fortalecimento das redes de apoio e para a formulação de políticas públicas eficazes. O objetivo é analisar os fatores que dificultam ou favorecem essa travessia, incluindo autoestima, redes de apoio, identidade e acesso a políticas públicas. A pesquisa tem natureza qualitativa, com abordagem fenomenológica, e será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com mulheres adultas que vivenciaram violência doméstica e atualmente se encontram fora do ciclo de violência. A análise dos dados ocorrerá por categorização temática, com base na técnica de análise de conteúdo. A expectativa é identificar padrões recorrentes de sofrimento emocional, dificuldades de reinserção social, fragilidade institucional e formas de resistência subjetiva, revelando a persistência da violência mesmo após o rompimento da relação. Os dados preliminares apontam que, embora o fim do vínculo abusivo represente um passo importante, ele não encerra os desafios enfrentados por essas mulheres. A travessia que se inicia exige

⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, erondina.cardoso@sou.fcr.edu.br.

⁵ Mestre e doutoranda em Educação, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, neire.mota@fcr.edu.br.

suporte efetivo, escuta empática e presença ativa do Estado, sob pena de transformar o processo de recuperação em uma nova etapa de sofrimento silencioso.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Vitimização Secundária; Reconstrução Emocional; Rede de Apoio; Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

MAZZUTTI, Vanessa de Biassio. Violência doméstica e a subnotificação das vítimas. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Vitória Aguiar; SALIBA, Maurício Gonçalves. Violência doméstica e vitimologia: análise do ciclo de violência à luz das questões de gênero. Revista Juris UniToledo, v. 8, n. 1, 2023.

VIDIGAL, Marília Montenegro. A vitimologia crítica e os desafios do reconhecimento das vítimas de violência de gênero. 2020.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS EM RONDÔNIA: DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO COM MEDIÇÃO TECNOLÓGICA NA AMAZÔNIA LEGAL

Daniele Braga Brasil⁶
Rogério Cajueiro da Silva⁷

RESUMO

Este estudo refere-se ao processo de Formação Continuada ofertado aos professores que atuam presencialmente no programa educacional “Ensino Médio com Mediação Tecnológica” (MEDTEC), no estado de Rondônia. A base legal que garante esse direito está respaldada pela Lei nº 3.846/2016, responsável por subsidiar a implantação do MEDTEC/RO. Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Art. 67, determina que os sistemas de ensino devem assegurar, com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), a formação continuada dos professores, visando à atualização e ao aperfeiçoamento para a melhoria da qualidade do ensino. A Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, também reforça a necessidade de garantir formação e valorização profissional por meio de programas permanentes de capacitação docente. As Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores, estabelecidas pela Resolução CNE nº 2/2015, reconhecem a formação continuada como prioridade estratégica, prevendo o aprimoramento dos docentes para atuarem nas diversas etapas e modalidades, incluindo o ensino com mediação tecnológica. Nesse sentido, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PNTE) e a Política Nacional de Educação Digital (PNEd), conforme o Decreto nº 10.222/2020, oferecem diretrizes para a integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) na educação básica, promovendo o desenvolvimento de competências digitais por meio de ações formativas. A implantação do projeto representa uma estratégia estadual voltada à garantia do direito à educação para estudantes de comunidades rurais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Neste cenário, os professores presenciais, responsáveis pela mediação pedagógica nas salas descentralizadas, enfrentam o desafio de atuar em contextos multiculturais, com múltiplos componentes curriculares. Para tanto, participam de encontros formativos organizados pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc/RO). Esta pesquisa teve como objetivo analisar os encontros de Formação Continuada realizados entre 2016 e 2024, com foco nas temáticas desenvolvidas e nas contribuições para a prática pedagógica dos professores presenciais. A questão central investigada refere-se aos desafios enfrentados na formação de docentes que atuam em um modelo educacional que conjuga tecnologias digitais, diversidade territorial e atendimento às especificidades multiculturais. Adotou-se uma abordagem qualitativa, orientada pela análise documental, pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários e entrevistas com professores participantes dos encontros formativos. A pesquisa qualitativa permitiu compreender os sentidos e significados das experiências humanas, conforme defendido por Minayo (2009), sendo apropriada para investigar a Formação Continuada no contexto da MEDTEC. Tal abordagem possibilitou descrever, comparar

⁶ Doutoranda em Educação pela UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí. Santa Catarina. Mestre em Psicologia Escolar e Educacional pela UNIR – Universidade Federal de Rondônia. MBA em Gestão Pública pela FAVENI. Diretora Científica da FAPERÓ. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6239723344464575>. E-mail: danielebrasil@seduc.ro.gov.br.

⁷ Especialista em Gestão da Educação e Políticas Públicas Educacionais pelo Centro Universitário (Unifacear). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7951736040412025>. E-mail: rogeriocajueiro@seduc.ro.gov.br

e interpretar os dados a partir de múltiplas fontes. Segundo Tuzzo e Braga (2016), esse tipo de investigação permite ao pesquisador explorar sentidos e significados de forma criativa. Identificou-se que os encontros formativos ocorreram anualmente, contemplando temáticas como práticas colaborativas, uso de tecnologias educacionais, construção de Eletivas, educação patrimonial, sustentabilidade e inteligência emocional. A participação dos docentes foi expressiva e os dados indicam que as atividades práticas, como oficinas e projetos integrados, contribuíram para a compreensão dos conteúdos e para o fortalecimento da identidade profissional dos professores presenciais. Observou-se, ainda, que a Formação Continuada tem promovido avanços no desenvolvimento de competências, embora persistam demandas por temas específicos, como educação indígena, robótica e inteligência artificial. Para além da aquisição de habilidades técnicas, os programas de Formação Continuada devem promover reflexões críticas sobre o uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, estimulando metodologias que valorizem o protagonismo estudantil (Tardif, 2012). Tais ações formativas devem apoiar, segundo Hall (2006), práticas pedagógicas críticas e inclusivas, reconhecendo a multiculturalidade como potencial formativo, em um diálogo intercultural orientado pelos princípios da equidade.

Palavras-chave: Formação Continuada; Mediação Tecnológica; Políticas Educacionais; Ensino Médio; Amazônia Legal.

REFERÊNCIAS:

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei no 3.846, de 4 de julho de 2016. Institui o Ensino Médio com Mediação Tecnológica no Estado de Rondônia. Diário Oficial do Estado de Rondônia, 2016.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Diário Oficial da União, Brasília, 21 jun. 2007.

BRASIL. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014.

BRASIL. Resolução CNE/CP no 2, de 1o de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados e de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, 2 jul. 2015.

BRASIL. Decreto no 10.222, de 5 de fevereiro de 2020. Aprova a Estratégia Nacional de Educação Digital. Diário Oficial da União, Brasília, 6 fev. 2020.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2012.

TUZZO, S. A.; BRAGA, C. F. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, SP, v. 4, n. 5, p. 140–158, ago. 2016.

INDICADORES E MAPEAMENTO DE NOVOS MODELOS DE NEGÓCIOS NA AMAZÔNIA LEGAL

Clebson Vasconcelos Pinheiro⁸

Geisiane Nunes Tavares⁹

Andrea Parisi Kern¹⁰

RESUMO

Segundo Fortini (2023), a agricultura sustentável inclui a bioeconomia, que também é vista como uma alternativa para favorecer o desenvolvimento da região. O estado vem se destacando na produção de culturas de alto valor como café, cacau e açaí, produzidas de modo sustentável, e firmando parcerias para a implementação de novas técnicas de cultivo, recomposição florestal e investimentos que impulsionam projetos de crédito de carbono. A abordagem proposta engloba caracterização, planejamento estratégico, articulação institucional e definição de metas e indicadores para mapear aspectos industriais da Amazônia, considerando o tipo de indústrias existentes na Amazônia Brasileira, polos industriais e sua evolução no tempo, indústria sustentável e bioindústrias amazônicas — caracterização e importância. O objetivo geral é criar uma agenda estratégica que estabeleça diretrizes para a transição e consolidação da indústria sustentável, incluindo diagnóstico e identificação dos limites tecnológicos, financeiros e logísticos que impedem o crescimento das bioindústrias, bem como oportunidades econômicas com potencial para industrialização sustentável. Entre os objetivos específicos estão planejar formas viáveis de transição sustentável para a bioindústria; identificar as condições necessárias para essa transição; propor estrutura de governança e mecanismos de articulação entre os atores envolvidos; criar uma agenda com sistema de acompanhamento e avaliação de transições positivas para fortalecimento das bioindústrias, com base em identificação e planejamento por estado; propor ações de curto, médio e longo prazo para viabilizar a transição; analisar custos e benefícios, definir metas e indicadores de impacto positivo; e recomendar futuras ações e políticas públicas para a bioindústria amazônica. O problema central identificado é a ausência de mapeamento dos empreendimentos e do arranjo do ecossistema interinstitucional das cadeias produtivas da bioindústria amazônica, o que motiva a busca por novos e potenciais parceiros para fortalecimento desse ecossistema, como fundações de apoio, secretarias de governo, ONGs e demais instituições públicas e privadas. A metodologia envolveu pesquisa de dados primários, considerando a base legal de CNPJs ativos e CNAEs relacionados a bioprodutos ou bioinsumos, identificando inicialmente 36 mil empreendimentos. Aplicando critérios de inclusão e exclusão baseados nos conceitos sustentáveis da bioeconomia, chegou-se a 12.500 empreendimentos, seguidos de verificação in loco com aplicação de questionários e entrevistas. Os resultados estão organizados em categorias temáticas e analíticas, com indicadores dinâmicos e filtros por estado, município, atividade e porte do empreendimento, alimentados e tratados a partir das fontes de dados coletadas. Rondônia apresenta grande potencial de crescimento econômico, equilibrando riqueza natural e o desafio de unir desenvolvimento e preservação. O estado demonstra alta aptidão para a produção sustentável e, apesar de estar situado no arco do desmatamento, vem implementando

⁸ Mestrando em Engenharia Civil, Universidade Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, clebson@edu.unisinos.br

⁹ Mestranda em Biologia, Universidade Federal de Rondônia - Unir, geisianenunes08@gmail.com

¹⁰ Orientadora, Curso de Engenharia Civil, Universidade Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, andrea@edu.unisinos.br

tecnologias e projetos que ampliam seu potencial produtivo em harmonia com o uso e conservação dos recursos naturais, beneficiando as comunidades locais e a economia estadual. No futuro, Rondônia tende a romper com modelos econômicos ultrapassados, impulsionando novas formas de produção e convivência equilibrada com a natureza.

Palavras-chave: Mapeamento; Bioeconomia; Bioindústrias; Indicadores.

REFERÊNCIAS:

FORTINI, Andréia. Agricultura sustentável com a bioeconomia é destacada durante a COP 28 como uma alternativa para o desenvolvimento. Governo do Estado de Rondônia, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/agricultura-sustentavel-com-a-bioeconomia-e-destacada-durante-a-cop-28-como-uma-alternativa-para-o-desenvolvimento/>. Acesso em: 1o jun. 2025.

INSTITUTO RIOTERRA. Centro de Bioeconomia. Rioterra, [202–]. Disponível em: <https://rioterra.org/centro-de-bioeconomia/>. Acesso em: 01/ 06/2025. Terra & Mata. / Organizado por Marcelo Lucian Ferronato; Emanuel Fernando Maia de Souza. - Porto Velho: Ação Ecológica Guaporé - Ecoporé, 2019.

Porto Velho, Rondônia (2021). Cadernos Técnicos Setoriais: Bioeconomia/. Agência de Desenvolvimento do Município de Porto velho 1. ed_ 112 p.; 30cm- cadernos setoriais de Rondônia.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES). Porto Velho: SEPOG, 2024. Disponível em: <https://www.sepog.ro.gov.br/Paginas/16/pdes>. Acesso em: 23/05/ 2025

Machado, R. B., & Stotz, D. F. (2004). Biogeografia de Rondônia e os efeitos da fragmentação na fauna. In: M. D. M. Fernandes & A. M. L. de Oliveira (Eds.), Amazônia: Desafios da Gestão Ambiental. Editora Universitária.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia – ZSEE. Porto Velho: SEPOG, 2024. Disponível em: <https://www.sepog.ro.gov.br/Paginas/16/zee>. Acesso em: 23 maio 2025.

EDUCAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: O USO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA JUNTO A COMUNIDADES TRADICIONAIS EM RONDÔNIA

Tábita Maciel Amorim¹¹

Tainá Oliveira Santos¹²

Daniele Braga Brasil¹³

RESUMO

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) têm emergido como alternativa sustentável para o uso da terra em contextos amazônicos, sobretudo quando articulados aos saberes tradicionais e à valorização das comunidades locais. Sob a ótica agroecológica, Altieri (2012) destaca os SAFs como arranjos produtivos resilientes que aliam diversidade ecológica, sustentabilidade ambiental e viabilidade socioeconômica. Anderson, Serra e Medeiros (2021) reforçam que tais sistemas são essenciais para a construção de alternativas sustentáveis. No campo educacional, o potencial pedagógico dos SAFs torna-se ainda mais evidente quando associado à Educação do Campo (Fernandes, 2004; Krunger, 2016) e à Educação Ambiental Crítica (Loureiro, 2007), que defendem práticas educativas territorializadas, emancipadoras e enraizadas na realidade das populações. Em Rondônia, a política pública de Mediação Tecnológica tem buscado garantir o acesso ao ensino médio em comunidades rurais, ribeirinhas, indígenas e quilombolas. No componente curricular Noções Básicas de Agroecologia e Zootecnia (NBAZ) oferece a integração dos SAFs como objeto de conhecimento e de prática educativa. Tal proposta encontra respaldo em Freire (2001), ao defender uma pedagogia voltada ao enraizamento territorial e à transformação social. A experiência dialoga com as contribuições de Menezes (2019), destacando os desafios e potências da integração entre agroecologia, cultura local e escola. Analisar e propor o uso dos SAFs como estratégia pedagógica sustentável no contexto da Mediação Tecnológica em Rondônia, articulando educação ambiental crítica, tecnologias educacionais e saberes territoriais na formação de estudantes do 3º ano do Ensino Médio. Como os Sistemas Agroflorestais (SAFs) podem ser integrados ao ensino médio por meio da mediação tecnológica, promovendo uma educação ambiental crítica, contextualizada e sensível às realidades de comunidades rurais, ribeirinhas, indígenas e quilombolas da Amazônia rondoniense? Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e participativo, desenvolvida em um módulo de um mês no componente NBAZ. A proposta foi implementada por professores presenciais da Mediação Tecnológica em diferentes comunidades tradicionais. A fundamentação teórica apoia-se na Agroecologia (Altieri, 2012), na Educação do Campo (Fernandes, 2004; Krunger, 2016), na Educação Ambiental Crítica (Loureiro, 2007) e na Pedagogia da Terra (Freire, 2001). A sequência pedagógica incluiu aulas expositivas com mediação digital e uma atividade de pesquisa sobre “Tecnologia e Sustentabilidade nos SAFs”, realizada com estratégias adaptadas a

¹¹ Especialista em Ecologia pela FAMEESP - Faculdade Metropolitana. São Paulo. Graduada em Ciências Biológicas pela UNIR – Universidade Federal de Rondônia. SEDUC-GPME Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1809303988255128>. E-mail: tabitaamorim@seduc.ro.gov.br.

¹² Mestranda em Letras pela UNIR – Universidade Federal de Rondônia. SEDUC - GPME. E-mail: tainasantos@seduc.ro.gov.br

¹³ Doutoranda em Educação pela UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí. Santa Catarina. Mestre em Psicologia Escolar e Educacional pela UNIR – Universidade Federal de Rondônia. MBA em Gestão Pública pela FAVENI. Diretora Científica da FAPERÓ. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6239723344464575>. E-mail: danielebrasil@seduc.ro.gov.br.

cada realidade (entrevistas, registros fotográficos, fontes digitais e produções visuais). A análise dos dados se orienta por critérios como apropriação conceitual, contextualização e criticidade. Os resultados indicam que a abordagem pedagógica com SAFs tem gerado maior engajamento dos estudantes, ao permitir o reconhecimento de suas vivências e territórios como parte do currículo escolar. A articulação entre os conhecimentos tradicionais e os princípios da agroecologia contribuiu para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, valorização das culturas locais e estímulo ao protagonismo juvenil. Mesmo diante das limitações de conectividade, a mediação tecnológica tem possibilitado o planejamento, simulação e registro de práticas agroflorestais, quando utilizada de forma crítica e contextualizada. A pesquisa revela que os Sistemas Agroflorestais constituem uma estratégia pedagógica importante quando inseridos de forma estruturada no currículo do ensino médio com Mediação Tecnológica. A proposta contribui para a construção de uma educação ambiental crítica, situada e comprometida com os desafios amazônicos. Além de promover o protagonismo juvenil e a valorização dos saberes tradicionais, fortalece a relação entre juventude, território e sustentabilidade.

Palavras-chave: Sistemas Agroflorestais; Educação do Campo; Mediação Tecnológica; Sustentabilidade; Povos Tradicionais; Amazônia.

REFERÊNCIAS:

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ANDERSON, Anthony B.; SERRA, Cléa R.; MEDEIROS, Rodrigo (org.). Alternativas sustentáveis de uso da terra na Amazônia. Brasília: IEB, 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do campo: notas para uma análise de trajetória. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de. Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: MEC, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

KRUGER, Cristiane de Fátima. Educação do campo e agroecologia: desafios e possibilidades para o ensino médio integrado. Curitiba: CRV, 2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental crítica: contribuições para uma pedagogia da terra. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MENEZES, Márcia Helena da Silva. Educação ambiental e agroecologia em comunidades tradicionais amazônicas: um estudo no município de Abaetetuba-PA. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

TERRITÓRIO PERDIDO, VOZES SILENCIADAS: A GENTRIFICAÇÃO DA COMUNIDADE DE MUTUM PARANÁ

Eduardo Luiz do Carmo Neto¹⁴

Jessica Peixoto Cantanhede¹⁵

Lincoln Sestito Neto¹⁶

Vinicius de Assis¹⁷

Pedro Abib Hecktheuer¹⁸

RESUMO

A pesquisa tem como objeto a comunidade tradicional de Jirau e a vulnerabilidade em suas lutas sociais em face da não efetivação de sua condição de ribeirinhos. A construção de usinas hidrelétricas no antigo Distrito de Mutum Paraná levou a deslocamentos forçados em massa para a Nova Mutum Paraná sob o acordo da criação de condições de saneamento básico, reassentamento e criação de oportunidades de emprego para a sua sobrevivência. Contrariamente à expectativa da população ribeirinha, sem condições de prática de agricultura, coleta de frutas silvestres e pesca, foram sujeitas às condições socioambientais degradantes para a sua preservação. Ausência dessas condições e, à luz dos acordos celebrados entre os consórcios empresariais que exploram o extrativismo hídrico, plano do governo federal e estadual, pretende-se perceber sobre a questão da não efetivação da condição de ribeirinhos e a vulnerabilidade em suas lutas sociais. Por isso, para a compreensão deste objeto de pesquisa, optou-se pelo recurso ao direito, teorias socioecológicas, antropológicas e historiográficas que permitem compreender como se regem as relações da comunidade, a sua memória afetiva, identidade, hábitos, costumes e culturas. Por consequência, diante da precariedade e vulnerabilidade das pessoas de Jirau e das suas lutas sociais, quais têm sido as ações dos consórcios da Usina Hidrelétrica e do governo para a melhoria da qualidade de vida das mulheres ribeirinhas? Para que a pesquisa possa atingir os seus objetivos, vamos discorrer sobre a luta e conquista da terra e povoamento de Rondônia; contextualizar geográfica e historicamente a Usina Hidrelétrica de Jirau e Nova Mutum Paraná; perceber a vulnerabilidade gerada pelos empreendimentos econômicos; e estabelecer a interface entre conflitos sociais e vulnerabilidade socioambiental com a gentrificação da comunidade. O método será bibliográfico, interdisciplinar, documental, qualitativo e quantitativo. A pesquisa, a partir de aportes teóricos, relatórios e decretos, aponta as razões da sujeição dos ribeirinhos a condições adversas. A Nova Mutum Paraná apresentou-se como alternativa para acolher e oferecer condições de vida qualificada com as seguintes infraestruturas: Centro Distrital Administrativo, creches, escolas de ensino fundamental e médio, posto de saúde, Unidade Integrada de Segurança Pública (UNISP – Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Polícia Militar), condições de telefonia móvel e internet 3G, rede elétrica, espaços de lazer, centros comerciais, rodoviária, comércio local, feira livre, entre outros. O objetivo da construção de Nova Mutum Paraná consistia no atendimento ao Programa de Remanejamento das Populações Atingidas, reassentando moradores do distrito de

¹⁴ Mestrando em Direito na Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

¹⁵ Doutoranda em Sociologia e Direito pela UFF/RJ e Mestra em Sociologia e Direito pela UFF/RJ.

¹⁶ Mestrando em Direito na Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

¹⁷ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, vinicius.assis@fcr.edu.br.

¹⁸ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, Dr. em Direito pela Universidad de Alicante – UA, Espanha, pedro@fcr.edu.br.

Mutum Paraná e das zonas rurais situadas nas imediações do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) de Jirau que preferiram ser reassentados em áreas urbana ou rural. Além disso, outras modalidades de remanejamento consistiram na atribuição da carta de crédito ou indenização. Por meio do acima exposto, fica claro que a Nova Mutum foi criada com fins de reassentamento de moradores oriundos da antiga Mutum Paraná, bem como para habitação dos funcionários da hidrelétrica. A antiga e a Nova Mutum diferem-se quanto ao distanciamento do rio e à própria estrutura urbana. Por outro lado, a Nova Mutum Paraná foi inaugurada às pressas, sem condições adequadas de infraestrutura e equipamentos urbanos e com o comércio vendendo produtos a preços elevadíssimos para a situação econômica dos seus moradores.

Palavras-chave: Deslocamento Forçado; Vulnerabilidade Social; Reassentamento Urbano; Usina Hidrelétrica; Gentrificação.

REFERÊNCIAS:

- ABRANTES, Joselito Santos. Bio(sócio)diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p. 15.
- ALMEIDA, F. O. A tradição policroma no Alto Rio Rio Madeira. Tese de doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo, 2013.
- ANDRADE GUTIERREZ ELETRONORTE FURNAS. Construtora Andrade Gutierrez S.A. Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte Furnas centrais Elétricas S.A. Disponível em [https://www.copel.com/uhecolider/sitearquivos2.nsf/arquivos/eia_vol_ii/\\$FILE/EIA%20Colider%20-%20Volume%20II%20-%20janeiro%202009.pdf](https://www.copel.com/uhecolider/sitearquivos2.nsf/arquivos/eia_vol_ii/$FILE/EIA%20Colider%20-%20Volume%20II%20-%20janeiro%202009.pdf), acesso em 20 junho de 2025
- ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. Sistema de Informações de Geração da ANEEL. Carga e Geração e Histórico da Operação/ONS. Dados de 22/03/2021. Disponível em: <https://bit.ly/3cPPeYs> . acesso em 20 junho de 2025.
- BORGES NETO, Manuel Rangel; CARVALHO, Paulo Cesar Marques de. Geração de energia elétrica – Fundamentos. 1 ed., São Paulo: Editora Érica, 2012.
- BOSELTMANN, K. (2015). O Princípio da Sustentabilidade. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. O Princípio da sustentabilidade como Princípio estruturante do Direito Constitucional BORGES NETO, Manuel Rangel; CARVALHO, Paulo Cesar Marques de. Geração de energia elétrica – Fundamentos. 1 ed., São Paulo: Editora Érica, 2012.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). Os Caminhos da reflexão sobre: A cidade e o Urbano. São Paulo: USP, 1994, 132.
- CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. Hidrelétricas do Rio Rio Madeira-RO: Território, Tecnificação e Meio Ambiente. Curitiba, 2012.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008, p. 295

FREITAS, Juarez. Sustentabilidade. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. In: GEOgraphia, n. 17, Ano IX. 2007, p. 20.

HAESBAERT (2004). Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. Terra Livre n. 23, p. 79

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 34.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E DIREITOS DO USUÁRIO: IMPACTOS E APLICAÇÕES

Anne Naomi Oiye Oliveira¹⁹
Camilla Nogueira de Vasconcelos²⁰
Marcos Vinícius Lima Araújo²¹
Regina Cidade de Carvalho²²
Edson Antônio Sousa Pontes Pinto²³

RESUMO

A crescente digitalização exerce grande influência no comportamento humano, especialmente entre os jovens, que utilizam a internet para comunicação e construção de identidade. Pesquisas indicam que mais de 90% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos navegam em redes sociais, e parte deles já vivenciou experiências ofensivas online. O uso excessivo de telas pode prejudicar o desenvolvimento cerebral em regiões ligadas ao processamento emocional e à regulação da atenção, e o cyberbullying é uma das principais preocupações entre os jovens nas redes sociais. A falta de conhecimento sobre direitos e proteção digital os torna suscetíveis a abusos de dados e riscos à segurança, reforçando a necessidade de educação sobre segurança online. O presente trabalho de extensão foca nos adolescentes e busca, por meio da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantir maior segurança e privacidade aos usuários, além de destacar o papel das empresas e redes sociais na proteção desses dados e em casos de cyberbullying. Este projeto será desenvolvido com base na pesquisa-ação, que combina investigação e intervenção prática para que os participantes adquiram conhecimento por meio de experiências diretas e reflexivas. A pesquisa se sustenta na participação ativa dos adolescentes, favorecendo o diálogo, a troca de conhecimentos e a construção conjunta do aprendizado. O projeto será dividido em três etapas principais: a) levantamento teórico e elaboração da palestra, que envolve pesquisa sobre a LGPD, seus impactos no cotidiano digital e direitos dos usuários, revisão de artigos, legislações e estudos sobre fraudes e golpes digitais, e desenvolvimento de apresentações interativas, dinâmicas e casos práticos; b) palestra interativa e atividades participativas, com linguagem acessível e exemplos práticos do cotidiano digital dos adolescentes, apresentação de situações reais e fictícias de uso indevido de dados pessoais, e espaço para que expressem suas experiências, dúvidas e percepções sobre privacidade digital; c) avaliação e análise dos resultados, por meio de observação qualitativa da participação e engajamento dos adolescentes, reflexão e registro das principais dúvidas e dificuldades para aprimoramento futuro do projeto. A abordagem metodológica será participativa, utilizando a técnica de problematização para estimular o pensamento crítico e a reflexão sobre privacidade digital. Serão utilizados materiais didáticos digitais e físicos (apresentações, vídeos curtos, infográficos, guias práticos) e plataformas interativas (Mentimeter, Kahoot, Google Forms). Ao final, será elaborado um relatório com registros e feedbacks para avaliação da eficácia das atividades e possíveis melhorias. Espera-se que os adolescentes adquiram maior consciência sobre seus direitos digitais, desenvolvam habilidades para identificar riscos e adotem práticas

¹⁹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

²⁰ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

²¹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

²² Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

²³ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidad de Granada – UGR, Espanha, edson.pinto@fcr.edu.br.

mais seguras na internet. A LGPD representa um marco regulatório essencial para a proteção de dados pessoais no Brasil, especialmente no contexto da crescente digitalização e da vulnerabilidade dos adolescentes no ambiente online. O projeto visa capacitar esse público, tornando a LGPD acessível e compreensível, abordando seus direitos, as implicações do uso consciente da internet e a identificação de fraudes e golpes. Ao promover a conscientização e a educação midiática, busca-se não apenas informar, mas também capacitar os adolescentes a tomar decisões mais seguras e conscientes, contribuindo para a formação de cidadãos mais preparados para os desafios da era da informação.

Palavras-chave: LGPD; Adolescentes; Impacto.

REFERÊNCIAS:

BLUM, Renato Opice. A importância da adaptação à LGPD. FecomercioSP, São Paulo, 25 nov. 2019. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/a-importancia-da-adaptacao-a-lgpd-por-renato-opice-blum>. Acesso em: 5 de abril de 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018. Dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 3 de Março de 2025.

BRASIL. O que é a LGPD. Brasília: Ministério Público Federal (MPF). Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/servicos/lgpd/o-que-e-a-lgpd>. Acesso em: 5 de Abril de 2025.

CACHAPUZ, Maria Cláudia Mércio. Privacidade, proteção de dados e autodeterminação informativa. Revista Jurídica da Presidência, Brasília, v. 15, n. 107, p. 823-848, out. 2013/jan. 2014. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/126/118> . Acesso em: 12 de Maio de 2025.

CALLEJÓN, Francisco Balaguer. "Os Impactos da Lei Geral de Proteção de Dados". <https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/download/890/983/3802> . Acesso em: 5 de abril de 2025.

CERT.BR; NIC.BR; CGI.BR. Phishing e outros golpes. Creative Commons, Cartilha de segurança para a internet, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/fasciculos-cert.br/fasciculo-phishing-golpes-digital-govbr.pdf>, Acesso em: 03 de Março de 2025.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; BERGAMINI, José Carlos Loitey; HAHN, Tatiana Meinhardt. Governança de dados no setor público brasileiro: uma análise a partir da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Revista Interesse Público, Belo Horizonte, ano 23, n. 129, p. 75-101, set./out. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose-Carlos-Loitey-Bergamini/publication/36391428_Governanca_de_dados_no_setor_publico_brasileiro_uma_analise_a_partir_da_Lei_Geral_de_Protecao_de_Dados_LGPD_Data_governance_in_the_Brazilian_government

[_an_analysis_of_from_the_General_Data_Protection_/links/63349154769781354ea1b6cb/Governanca-de-dados-no-setor-publico-brasileiro-uma-analise-a-partir-da-Lei-Geral-de-Protecao-de-Dados-LGPD-Data-governance-in-the-Brazilian-government-an-analysis-of-from-the-General-Data-Protection.pdf](#). Acesso em: 12 de Maio de 2025.

DE GREGORIO, Giovanni. Digital Constitutionalism in Europe: Reframing Rights and Powers in the Algorithmic Society. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/A3F61C6368D17D953457234B8A59C502/9781316512777AR.pdf/Digital_Constitutionalism_in_Europe.pdf?event-type=FTLA . Acesso em: 05 de Abril de 2025.

EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Aurilene Souza Pereira²⁴

Jordana Lemes Duarte²⁵

José Rodolfo Castro leal²⁶

Letícia Belmira Furtado de Souza²⁷

Thaise Pescador Colla²⁸

Edney Costa Souza²⁹

RESUMO

O empreendedorismo social destaca-se como uma abordagem inovadora, criativa e sustentável voltada para a solução de problemas sociais complexos e persistentes. Diferente do empreendedorismo tradicional, cujo foco principal é a geração de lucro, o empreendedorismo social tem como prioridade o impacto social positivo. Seu objetivo é criar valor social, promovendo melhorias concretas na vida de comunidades historicamente excluídas ou pouco assistidas pelo Estado e pelas estruturas de mercado. O empreendedor social busca, por meio de projetos e iniciativas, atender demandas que muitas vezes são negligenciadas pelas políticas públicas ou pelo setor privado. Esse tipo de empreendedorismo se caracteriza pela sua capacidade de gerar transformação social, utilizando estratégias que conciliam inovação, responsabilidade e sustentabilidade. Entretanto, o desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo social envolve uma série de desafios significativos. As dificuldades vão desde barreiras culturais, jurídicas e políticas até limitações financeiras e operacionais. A captação de recursos, a definição de modelos de negócios sustentáveis, a ampliação do alcance das ações e a mensuração do impacto social são apenas alguns dos obstáculos enfrentados por esses empreendedores. Em contextos de crise econômica, como o que o Brasil e o mundo vivenciam atualmente, o empreendedorismo social ganha ainda mais relevância. A instabilidade das empresas tradicionais, muitas vezes incapazes de cumprir suas responsabilidades financeiras e sociais, acaba afetando diretamente os trabalhadores. Diante da redução de oportunidades no mercado formal, empreender torna-se, para muitos, uma alternativa necessária e estratégica. É importante ressaltar que o ato de empreender vai além da criação de um negócio com fins lucrativos. Trata-se de uma atitude de transformação social, que busca melhorar a qualidade de vida das pessoas e promover o desenvolvimento local. O empreendedorismo social incentiva o protagonismo, o engajamento comunitário e a criação de soluções inovadoras para problemas sociais históricos. A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com base em revisão bibliográfica. Foram analisados artigos científicos que abordam o tema do empreendedorismo social, suas características, desafios e impactos sociais. A coleta de dados ocorreu por meio de levantamento em

²⁴ Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, aurilene.pereira@sou.fcr.edu.br.

²⁵ Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jordana.duarte@sou.fcr.edu.br.

²⁶ Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jose.leal@sou.fcr.edu.br.

²⁷ Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leticia.souza@sou.fcr.edu.br.

²⁸ Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thaise.colla@sou.fcr.edu.br.

²⁹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br.

bases acadêmicas como Scielo, Google Scholar e periódicos especializados. A análise dos dados foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo, buscando identificar padrões e conceitos-chave relacionados ao tema. Os resultados evidenciam que o empreendedorismo social tem se consolidado como uma alternativa viável para enfrentar problemas sociais complexos, especialmente em contextos de crise econômica. Observou-se que empreendedores sociais têm gerado impacto positivo em comunidades vulneráveis, promovendo inclusão e desenvolvimento local. Além disso, os principais desafios enfrentados envolvem a sustentabilidade financeira, a ampliação da escala de atuação e a mensuração de resultados. Por fim, o estudo reforça que o empreendedorismo social não se limita ao assistencialismo, mas se configura como um modelo de negócio comprometido com a justiça social, inclusão produtiva e cidadania, contribuindo para a superação de desigualdades e construção de uma sociedade mais equitativa. Ainda sem um conceito definido, o Empreendedorismo Social é um fenômeno que ganhou muita importância nas últimas décadas do século passado, e que substituiu a prática da caridade, da filantropia e do assistencialismo por uma nova forma de gestão social. Esta é a forma inovadora de como o Empreendedorismo Social aplica a sua metodologia e as suas estratégias, provocando impactos que geram a autonomia e a organização social. O Empreendedorismo Social pode ser uma saída para reduzir a tamanha desigualdade em que vivemos e promover a dignidade humana para os socioeconomicamente excluídos do sistema.

Palavras-chave: Empreendedorismo Social; Impacto Social; Inovação.

REFERÊNCIAS:

INCUBADORA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Empreendedorismo Social. UFSM, 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/570/2022/03/02.-EMPREENDEDORISMO-SOCIAL-1.pdf>.

LIMEIRA, Tania M. Vidigal. Empreendedorismo Social no Brasil: Estado da Arte e Desafios. Instituto de Cidadania Empresarial (ICE) / Fundação Getulio Vargas (FGV). Disponível em: https://ice.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Empreendedorismo_Social_no_Brasil_ICE_FGV.pdf.

SANT'ANA, Laudimar. Empreendedorismo Social: Além dos Interesses de Reprodução do Capital. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/graduacaocienciasociais/files/2010/11/TCC-Laudimar-SantAna.pdf>.

IMPACTOS DA USINA SANTO ANTÔNIO SOBRE OS ECOSSISTEMAS LOCAIS: UMA ABORDAGEM GERAL

Beatriz Arruda de Souza³⁰
Guilherme Afonso da Silva³¹
Isabella Cristine de Souza Cassol Meira³²
Jucelino Boveda³³
Milena Ribeiro Lopes³⁴
Rafael Mendonça de Assis³⁵
Thaís Gabrielle Nascimento Macena³⁶
José Alberto Oliveira de Paula³⁷

RESUMO

O estudo analisa os impactos socioambientais decorrentes da instalação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, em Porto Velho (RO), destacando a tensão entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental na Amazônia. A partir de uma Análise de Impacto Ambiental (AIA), discute efeitos como desmatamento, perda de biodiversidade, poluição por mercúrio, poluição hídrica e os prejuízos sociais às comunidades locais, evidenciando a tensão entre progresso e sustentabilidade, exemplificada pelos efeitos do funcionamento da usina. O objetivo é promover análise crítica dos impactos socioambientais associados ao empreendimento, com base em revisão teórica, metodologia própria e observações em campo. A proposta visa fomentar a consciência ambiental alinhada aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, função socioambiental e da proteção ambiental. A pesquisa baseou-se em uma abordagem qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica, documental e observação direta em campo, analisando criticamente os impactos socioambientais da UHE Santo Antônio. A metodologia incluiu levantamento de leitura científica, como “Impactos das barragens do Rio Madeira: lições não aprendidas para o desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia” de Philip M. Fearnside e “As hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau: dano socioambiental e seus reflexos sobre o reassentamento Nova Mutum Paraná” de Erivaldo Cavalcanti, Carla Torquato e Kelvin Dias, além de legislações ambientais, relatórios técnicos com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 6, 13 e 15). Uma visita técnica à usina permitiu a observação das estruturas e medidas de mitigação, complementada por registro fotográfico. Um questionário enviado à administração da usina não obteve resposta, limitando o acesso a dados atualizados. Os recursos envolveram bibliotecas digitais, bases jurídicas e equipamentos audiovisuais. Os resultados foram organizados em quatro categorias: ambiental, social, econômica e acadêmico-institucional. No aspecto ambiental, constatou-se desmatamento, fragmentação da vegetação, comprovados por meio da comparação de imagens da área antes e após a construção da usina, além da contaminação por mercúrio no rio Madeira, representando risco à fauna e às

³⁰ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, beatriz.souza@sou.fcr.edu.br.

³¹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, guilherme.silva@sou.fcr.edu.br.

³² Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isabella.meira@sou.fcr.edu.br.

³³ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jucelino.boveda@sou.fcr.edu.br.

³⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, milena.lopes@sou.fcr.edu.br.

³⁵ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rafael.assis@sou.fcr.edu.br.

³⁶ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thais.macena@sou.fcr.edu.br.

³⁷ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, jose.machado@fcr.edu.br.

comunidades ribeirinhas. Na dimensão social, verificou-se o deslocamento forçado de comunidades tradicionais, afetando sua cultura, modos de vida e segurança alimentar, com medidas compensatórias consideradas insuficientes. Na dimensão econômica, observou-se a redução da pesca e do turismo local, afetados diretamente pela contaminação do rio e pelas mudanças ambientais, além da dependência de programas compensatórios que não garantem autonomia e estabilidade financeira às famílias atingidas. Por fim, na dimensão acadêmico-institucional, a pesquisa fortaleceu a formação jurídica e a extensão universitária, promovendo reflexões sobre sustentabilidade, justiça social e a conexão entre universidade e sociedade, gerando conhecimento acessível e aplicado, com potencial para influenciar a consciência pública, o debate acadêmico e políticas públicas voltadas à proteção ambiental e aos direitos das populações tradicionais. Os impactos socioambientais da usina são profundos e multifacetados. O estudo alcançou seu objetivo ao promover reflexão crítica sobre os limites do modelo de desenvolvimento na Amazônia, reforçando a importância da extensão universitária e da integração entre teoria e prática na formação de uma consciência socioambiental comprometida com os direitos humanos e ambientais.

Palavras-chave: Usina Hidrelétrica de Santo Antônio; Impactos Socioambientais; Amazônia; Comunidades Tradicionais; Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS:

CAVALCANTI, E.; TORQUATO, C. C. A.; DIAS, K. W. S. As hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau: dano socioambiental e seus reflexos sobre o reassentamento Nova Mutum Paraná. REJUR – Revista Jurídica da UFERSA, Mossoró, v. 4, n. 7, p. 173-192, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/rejur/article/download/9290/10266/56037>. Acesso em: 22 maio 2025.

FEARNSIDE, P.M. 2015. Impactos das barragens do Rio Madeira: Lições não aprendidas para o desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia. pp. 137-151. In: Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras. Vol. 1. Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, Amazonas, Brasil. 296 pp.

DEMO, P. Educação e alfabetização científica. Campinas: Papirus, 2010.

O RETROFIT NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO: UMA LEITURA SOB A ÓTICA DA HERMENÊUTICA SUSTENTÁVEL

Luiz Phelippe de Assumpção Barroso³⁸
Cássio Bruno Castro Souza³⁹

RESUMO

O retrofit é uma técnica de requalificação ou recuperação de edifícios existentes. Tal conceito pode ser utilizado sob a ótica do desenvolvimento sustentável, uma vez que pretende observar construções que estão ociosas ou até abandonadas e, assim, permitir uma utilização adequada aos cidadãos. Neste contexto, o município de Porto Velho possui em sua legislação municipal, como a lei orgânica e o plano diretor, elementos que expressam os princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. A discussão foca na viabilidade de proposta de requalificação de prédios antigos, ociosos ou abandonados do município de Porto Velho sob a ótica do desenvolvimento e hermenêutica sustentável relacionado ao conceito do retrofit à legislação municipal. A questão central é: quais as possibilidades de aplicação do retrofit mediante a legislação municipal de Porto Velho sob a perspectiva do desenvolvimento e hermenêutica sustentáveis? Utilizou-se o método dedutivo. Trata-se de pesquisa exploratória de abordagem qualitativa com delineamento de pesquisa documental e bibliográfica. O procedimento de análise e discussão foi realizado por meio da técnica referente ao termo retrofit, do levantamento de categorias e definição de conceitos operacionais (PASOLD, 2021) dos termos: retrofit, princípio da sustentabilidade, hermenêutica sustentável, desenvolvimento sustentável na doutrina e legislação municipal de Porto Velho, Rondônia. O retrofit é objeto de estudo e uma técnica viável para tratar de edificações antigas ou subutilizadas, sobretudo sendo utilizada sob o fundamento do princípio da eficiência e sustentabilidade (MATOS; DUARTE, 2021). Assim, o conceito operacional do retrofit permite integrá-lo como um conjunto de técnicas na gestão das cidades contemporâneas para promover adequação estrutural, bem como recuperar elementos históricos constitutivos. Do texto constitucional foram extraídas as categorias (PASOLD, 2021) que permitiram a definição do conceito operacional legal do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Embora tenha significado mais amplo do que apenas relacionado ao meio ambiente, este conceito apresenta implicações no cotidiano e em diferentes dimensões conforme preconizado por Freitas (2018) ao tratar da hermenêutica sustentável. O conceito operacional proposto por adoção extraído da doutrina de Freitas (2012) foi o princípio constitucional da sustentabilidade. Por ele verificou-se que tal princípio determina ao Estado e à coletividade a eficácia e responsabilidade no desenvolvimento e concretização solidária de ações que sejam éticas, inovadoras, socialmente inclusivas e que mantenham o ambiente limpo. Além disso, implica num direito e dever constitucional. Os dois conceitos permitem a construção da definição do princípio da sustentabilidade: essencial à qualidade de vida, determina a responsabilidade do Estado e da sociedade na proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, de modo preventivo e precavido à preservação para presentes e futuras gerações na concretização solidária de ações que visem um ambiente limpo e socialmente inclusivo e, o desenvolvimento material e imaterial utilizando de inovação, ética e eficiência. A hermenêutica sustentável preconizada por Freitas (2018) defende que a sustentabilidade é um fenômeno multidimensional, ou seja, social,

³⁸ Graduando em Direito, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, luizphelippeorama@gmail.com.

³⁹ Doutor em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, cassiocastrosoza@gmail.com.

econômico, ambiental, ético e jurídico-político. A releitura da Constituição demonstra que as escolhas contrárias ao fenômeno da sustentabilidade são incompatíveis com o desenvolvimento sustentável e, portanto, contrárias aos princípios e regras constitucionais. Ademais, Freitas (2018) argumenta que as escolhas compatíveis são mandatórias e não discricionárias. Observou-se que a requalificação de prédios ou retrofit é uma técnica viável para a cidade de Porto Velho. Entretanto, há o desafio de indicar e orientar as políticas de gestão pública para um olhar de sustentabilidade e qualidade de vida para a população, o que indica a necessidade de mais estudos, sobretudo em delineamento de prédios que estão subutilizados. Ainda, é necessário que a população seja sempre consultada no sentido de que seja protagonista nas mudanças que pensam para a cidade, visto que o interesse comum é que deve prevalecer nesta prática e, assim, proporcionar uma cidade digna, com respeito ao meio ambiente e que, através da eficiência da Administração Pública, consiga garantir que políticas públicas sejam entregues à população em seu benefício e não de terceiros.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Hermenêutica Sustentável; Retrofit; Direito da Cidade.

REFERÊNCIAS:

FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum. 2012

FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: novo prisma hermenêutico. Novos Estudos Jurídicos, Itajaí, v. 23, n. 3, p. 940-963, set./dez. 2018.

MATOS, Pedro Andrade; DUARTE, Adriano Mendonça F. O retrofit urbanístico no planejamento de uma cidade sustentável. Revista Direito Ambiental e Sociedade, v. 11, n. 1, p. 272-290, jan./jun. 2021.

PASOLD, Cesar Luiz. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática. 15. ed. Florianópolis: Emais, 2021. PORTO VELHO (RO). Lei Orgânica do Município de Porto Velho. Porto Velho, RO: Câmara Municipal de Porto Velho, 1990. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/uploads/docman/leiorganicadeportovelho.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PORTO VELHO: PERCEPÇÃO DISCENTE SOBRE DESAFIOS, OPORTUNIDADES E POTENCIAL PARA A EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DA ARTICULAÇÃO COM CONSELHOS MUNICIPAIS

Edicarlos da Silva Matos

RESUMO

A extensão universitária pode ser compreendida como o “braço” institucional que busca inter-relacionar as Instituições de Ensino Superior (IES) com as comunidades e contextos socioeconômicos locais. Ao compartilhar os resultados das pesquisas produzidas, as atividades extensionistas visam atender às demandas sociais e possibilitar a promoção do desenvolvimento das localidades onde se implementam essas ações. De maneira geral, a extensão é a terceira força que forma o tripé “ensino, pesquisa e extensão” das IES, que podem ser as maiores difusoras do crescimento econômico de suas regiões, conforme produzem conhecimento técnico e relevante. No entanto, para que essa atuação cumpra seu papel transformador, é necessário compreender como ela está sendo vivenciada e percebida pelos sujeitos diretamente envolvidos: os acadêmicos. Esta pesquisa se justifica, portanto, pela necessidade de diagnosticar a percepção sobre a efetividade das atividades extensionistas como ferramenta concreta de mudança social e apoio às políticas públicas, que pode ser tanto direta, com ações executadas pelas IES na comunidade, quanto em mecanismos de democracia participativa, a exemplo dos Conselhos Municipais, espaços onde a sociedade civil colabora na formulação e controle das políticas públicas. Nesse contexto, o objetivo principal trata-se de investigar como os acadêmicos percebem o papel da extensão universitária no apoio às políticas públicas locais, na busca por soluções para demandas sociais em Porto Velho. Para chegar a esse objetivo, pretende-se identificar o nível de conhecimento dos acadêmicos sobre as finalidades da extensão universitária, avaliar como eles percebem a efetividade, desafios e oportunidades dessas ações, bem como mapear as experiências de participação dos acadêmicos em projetos de extensão, além de coletar sugestões dos acadêmicos para melhorar a contribuição da extensão universitária. Essa sequência de etapas visa responder a seguinte questão: como os acadêmicos percebem o papel da extensão universitária enquanto articulação entre ensino superior e políticas públicas locais, na busca por soluções para demandas sociais em Porto Velho? A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, de natureza exploratória e descritiva, e foi desenvolvida em duas etapas: uma revisão bibliográfica, sistematizada no Repositório Institucional da CAPES, e uma investigação empírica por meio de questionário semiestruturado, desenvolvido na plataforma Google Forms, composto por 25 questões em escala Likert de 5 pontos, perguntas abertas e fechadas, aplicado de forma online entre os dias 19/06/2025 e 22/06/2025. O público-alvo da pesquisa foi composto por estudantes universitários, totalizando 36 respostas. A amostragem foi por conveniência, considerando a acessibilidade e a disponibilidade dos respondentes. Os dados das perguntas fechadas foram tratados estatisticamente com o auxílio da ferramenta Google Planilhas. Já as respostas abertas foram submetidas à análise de conteúdo. O perfil predominante dos respondentes é de estudantes de Direito (66,7%), com maioria na faixa etária de 18 a 25 anos (50%). A instituição mais representada foi a UNIR (30,6%). Cerca de 69% são do gênero feminino. Nota-se que mais de 70% dos respondentes estão até a metade do curso, indicando maior interesse participativo nos primeiros períodos. Cerca de 75% dos participantes afirmam compreender, parcial ou totalmente, os objetivos e finalidades da extensão universitária. O percentual se mantém

tanto na compreensão de que suas IES valorizam, estimulam e apresentam a extensão como ferramenta de transformação social, quanto na percepção sobre os resultados visíveis dessas ações e sua capacidade de promover vínculos duradouros entre universidade e comunidade; reforçando a importância atribuída à extensão para o desenvolvimento local. Contudo, em relação aos conselhos municipais, os dados revelam uma situação preocupante: quase 50% dos estudantes desconhecem a existência ou função desses mecanismos institucionais em sua localidade. Apenas uma minoria demonstrou familiaridade com os conselhos e seu funcionamento. Quando questionados sobre uma possível articulação entre universidades e conselhos municipais, 77% dos respondentes consideraram viável essa relação. Em contraste, apenas 64% acreditam que o poder público não valoriza os resultados dos projetos de extensão, evidenciando o distanciamento entre academia e instrumentos de participação social. Observou-se também que a extensão universitária ainda é pouco divulgada nas instituições, dificultando o acesso e engajamento; o desconhecimento sobre os conselhos municipais é generalizado, com muitos participantes afirmando não ter ouvido falar desses órgãos ou de sua importância social. Barreiras institucionais como horários incompatíveis e baixa valorização curricular das atividades extensionistas foram citadas como entraves à participação. Sobre as áreas prioritárias, os respondentes indicaram educação (26,4%), saúde (23,6%) e direitos humanos (11,3%) como demandas onde atividades de extensão poderiam auxiliar o poder público. Projetos bem-sucedidos foram mencionados, especialmente os voltados a direitos sociais fundamentais (27,7%) e iniciativas em escolas (20%). No entanto, revelaram-se frustrações recorrentes com a descontinuidade das ações, falta de apoio institucional e o baixo engajamento estudantil, muitas vezes motivado apenas por obrigação curricular ou obtenção de horas complementares. Além disso, observou-se que fatores externos podem influenciar na participação. Como sugestões para superação desses obstáculos, os participantes propuseram estabelecimento de parcerias estratégicas e formais com conselhos ou a implementação de incentivos financeiros. A presente pesquisa teve como objetivo investigar como os acadêmicos percebem o papel da extensão universitária no apoio às políticas públicas locais. Para isso, foram identificados os níveis de conhecimento dos estudantes sobre a extensão, suas experiências participativas, percepções sobre a efetividade das ações e sugestões de melhoria. Os resultados demonstraram que, embora os acadêmicos reconheçam a importância, ainda existem desafios quanto à sua divulgação, valorização institucional e articulação com os conselhos municipais, capaz de converter ações pontuais em políticas públicas efetivas.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Engajamento Estudantil; Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS:

- BULLA, Leonia Capaverde; LEAL, Maria Laci Moura. A participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social: o desafio de uma representação democrática. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1–13, 2006. Disponível em: <https://pucrs.emnuvens.com.br/fass/article/view/973>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- DANTAS, M. W. .; GUENTHER, M. University Outreach and Local Sustainable Development: A literature review. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 6, p. e23010615243, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i6.15243. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15243>. Acesso em: 22 jun. 2025.

TERNERO, E. M.; GALLO, Z.; LORENZO, H. C. de; TIOSSI, F. M. Extensão universitária e desenvolvimento local: desafios dos centros universitários municipais do Estado de São Paulo. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. e3208, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i3.3208. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3208>. Acesso em: 23 jun. 2025.

A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR EM JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÕES ACIMA DE 40 SALÁRIOS MÍNIMOS EM AÇÕES CONSUMERISTAS

Vito Oliveira Mazzola⁴⁰

Cláudio Rubens Nascimento Ramos Júnior⁴¹

RESUMO

A proteção dos direitos do consumidor constitui um dos pilares do Estado Democrático de Direito, especialmente após sua positivação na Constituição Federal de 1988 e a promulgação do Código de Defesa do Consumidor (CDC). Nesse contexto, a presente pesquisa trata da possibilidade de ajuizamento de ações consumeristas com valor superior a 40 salários mínimos no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis (JECs), contrariando o limite estabelecido pela Lei 9.099/95. O tema se revela relevante diante da necessidade de garantir amplo acesso à justiça, especialmente para consumidores vulneráveis que, muitas vezes, não têm condições de arcar com os custos e a morosidade da justiça comum. Assim, busca-se compreender se a flexibilização do teto legal imposto aos Juizados pode ser juridicamente fundamentada e socialmente desejável, sem comprometer os princípios que regem esse microssistema de justiça. A abordagem adotada neste estudo foi qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas obras doutrinárias, artigos científicos e legislação correlata, com ênfase nos dispositivos legais da Lei 9.099/95, da Constituição Federal e do CDC. A análise teórica permitiu identificar argumentos jurídicos que sustentam a ampliação da competência dos JECs em determinadas situações, especialmente quando há interesse social relevante, como nas relações de consumo. A pesquisa também considerou aspectos interpretativos do art. 3º, inciso II, da Lei dos Juizados, que prevê hipóteses excepcionais de competência, buscando verificar se a proteção ao consumidor poderia ser compreendida nesse contexto. Não foram utilizados dados empíricos, mas a pesquisa teórica se mostrou suficiente para embasar as reflexões propostas. A análise demonstrou que, embora a Lei 9.099/95 estabeleça o limite de 40 salários mínimos como critério objetivo para definição da competência dos JECs, tal teto não possui natureza absoluta. O inciso II do art. 3º abre margem para exceções, as quais podem ser interpretadas à luz de princípios constitucionais, como o acesso à justiça, a dignidade da pessoa humana e a proteção do consumidor. Doutrinadores apontam que, diante da vulnerabilidade do consumidor e da função social do processo, é possível admitir que demandas acima do valor-limite tramitem nos Juizados, desde que preservadas a simplicidade, celeridade e informalidade do rito. O reconhecimento dessa possibilidade significaria adaptar o sistema judicial às necessidades reais da sociedade de consumo, promovendo efetividade e justiça material nas decisões. Conclui-se que a inclusão de ações consumeristas com valor superior a 40 salários mínimos no rol de exceções do art. 3º, II, da Lei 9.099/95 é juridicamente possível, desde que observados os princípios estruturantes do Juizado Especial. A proposta representa uma evolução interpretativa coerente com a ordem constitucional vigente e com os direitos fundamentais do consumidor. Trata-se de medida que não compromete a finalidade dos JECs, mas sim fortalece sua função social ao ampliar o acesso do cidadão a uma justiça mais eficiente, acessível e econômica. Portanto, a flexibilização do teto legal, especialmente em causas

⁴⁰ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

⁴¹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Brasil, claudio.ramos@fcr.edu.br.

de consumo com impacto relevante para o indivíduo, revela-se necessária para a concretização dos direitos previstos em lei.

Palavras-chave: Direito do Consumidor; Juizados Especiais Cíveis; Acesso à Justiça; Limite de Valor; Lei 9.099/95.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 set. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

ROCHA, Felipe Borring. Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito do Consumidor. 13. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024.

NUNES, Dierle; RIBEIRO, Leonardo Carneiro da Cunha. Juizados especiais e acesso à justiça: limites e possibilidades da ampliação de competência. Revista de Processo, São Paulo, v. 45, n. 295, p. 85–108, 2022.

ESTRESSE OCUPACIONAL EM PROFISSIONAIS DE SAÚDE: UM ESTUDO COM ENFERMEIROS PORTUGUESES

Luanne Pereira Freire⁴²

RESUMO

O estresse ocupacional tem sido identificado como um dos principais desafios enfrentados pelos profissionais de saúde, especialmente entre os enfermeiros, configurando uma realidade preocupante com consequências negativas para a saúde física e mental desses profissionais, bem como para a qualidade do atendimento prestado. Este estudo investigou os fatores estressores presentes no ambiente hospitalar e suas repercussões na saúde física e mental de enfermeiros portugueses. Por meio de uma abordagem quantitativa, com aplicação de questionários padronizados, foram analisados os níveis de estresse e os mecanismos de enfrentamento utilizados. Os resultados revelaram altos índices de esgotamento emocional, exaustão física e sobrecarga de trabalho, evidenciando a necessidade de implementação de políticas institucionais voltadas para a promoção da saúde mental no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Estresse Ocupacional; Saúde Mental; Enfermagem; Ambiente Hospitalar; Portugal.

REFERÊNCIAS:

Martins, M. M., Ferreira, M. L., & Sousa, P. A. (2018). Fatores de estresse no trabalho de enfermagem.

Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental, (20), 45–52.

Maslach, C., & Leiter, M. P. (2016). Burnout: The Cost of Caring. Malor Books.

Silva, R. C., & Gomes, A. P. (2020). Estresse ocupacional e suas repercussões em profissionais de enfermagem. Revista de Enfermagem Atual, 89(1), 23–29.

⁴² Graduanda em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE MÉTODOS DE MITIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES OFÍDICOS EM COMUNIDADES RURAIS PRÓXIMO A PORTO VELHO/RONDÔNIA

Ricardo Segundo Da Silva Dutra⁴³

Leandro Soares Moreira Dill⁴⁴

RESUMO

As serpentes, classificadas como répteis e divididas em peçonhentas e não peçonhentas, possuem famílias de destaque médico no Brasil, como Viperidae e Elapidae (DE OLIVEIRA, 2022). Os primeiros estudos epidemiológicos sobre acidentes ofídicos no país, conduzidos por Vital Brazil no início do século XX, foram fundamentais para o desenvolvimento dos primeiros soros antiofídicos (BOCHNER; STRUCHINER, 2003). Os efeitos das toxinas variam conforme a espécie e se manifestam localmente, com edemas, dor intensa, hemorragia e necrose (MOURA, 2015). Nas regiões remotas da Amazônia brasileira, esses acidentes acarretam graves impactos sociais, econômicos e logísticos, comprometendo o acesso a tratamentos adequados para populações tradicionais como quilombolas, ribeirinhos e indígenas (MONTEIRO, 2018). Este estudo visa avaliar a conscientização sobre prevenção e primeiros socorros em acidentes ofídicos entre a população rural e escolar próxima a Porto Velho (RO), por meio de pesquisa qualitativa e quantitativa aplicada a 100 a 150 pessoas envolvidas com o meio rural. Espera-se identificar o grau de conhecimento da população quanto às práticas de primeiros socorros e alertar sobre os riscos das serpentes peçonhentas, contribuindo para a promoção da saúde e a redução dos acidentes ofídicos nessas comunidades.

Palavras-chave: Amazônia; Saúde; Ofidismo; Tratamento.

REFERÊNCIAS:

BOCHNER, Rosany; STRUCHINER, Claudio José. Epidemiologia dos acidentes ofídicos nos últimos 100 anos no Brasil: uma revisão. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, n. 1, p. 07-16, 2003.

DE OLIVEIRA, Matheus Reis; DE OLIVEIRA ARAÚJO, Rafael; GONÇALVES, Jane Augusto Guimarães. Acidentes ofídicos e suas complicações clínicas: um estudo epidemiológico no Tocantins nos anos de 2015-2019. *Facit Business and Technology Journal*, v. 1, n. 38, 2022.

FAN, Hui Wen; MONTEIRO, Wuelton Marcelo. Histórico e perspectivas sobre como garantir o acesso ao antiveneno nas áreas mais remotas do Brasil. *Toxicon*, v. 151, p. 15-23, 2018.

MOURA, Valéria Mourão de; MOURÃO, Rosa Helena Veras; SANTOS, Maria Cristina dos. Acidentes ofídicos na Região Norte do Brasil e o uso de espécies vegetais como tratamento alternativo e complementar à soroterapia. *Scientia Amazonia*, v. 4, n. 1, p. 73-84, 2015.

⁴³ Graduando em Fisioterapia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ricardo.dutra@sou.fcr.edu.br.

⁴⁴ Doutor em Biologia experimental, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leandro.dill@fcr.edu.br.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

Rafaela Blenda Souza Fernandes⁴⁵

Leandro Soares Moreira Dill⁴⁶

RESUMO

A Amazônia desempenha papel essencial na regulação climática global, sendo responsável por grande parte do sequestro de carbono e pela conservação de uma das maiores biodiversidades do planeta, armazenando cerca de 25% do carbono terrestre sob cobertura florestal (Nobre, 2014). Apesar dessa relevância, enfrenta pressões crescentes decorrentes do desmatamento, queimadas e práticas econômicas predatórias, que ameaçam levar o bioma ao ponto crítico de savanização (Lovejoy; Nobre, 2018). Políticas públicas como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) contribuíram para a redução de 30,6% no desmatamento em 2023 (INPE, 2024), mas o maior desafio permanece: compatibilizar o uso econômico dos recursos naturais com a preservação ambiental e a melhoria das condições de vida das comunidades amazônicas, ainda marcadas por modelos econômicos de alto impacto, como a pecuária extensiva e a extração madeireira (Bursztyn; Bursztyn, 2012), além de fragilidades na governança e na implementação de políticas de bioeconomia (Moutinho et al., 2016). Este trabalho, por meio de revisão bibliográfica qualitativa de artigos, documentos institucionais e relatórios de órgãos oficiais, analisou políticas públicas, indicadores socioeconômicos e estudos de cadeias produtivas sustentáveis, como manejo de açaí e cacau (Homma, 2012), considerando também dados do INPE (2024) e IBAMA (2023). Os resultados apontam avanços significativos com a retomada do PPCDAm, o fortalecimento das unidades de conservação via Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) (Moutinho et al., 2016) e o crescimento da bioeconomia, com cadeias produtivas de açaí, cacau, castanha e óleos vegetais gerando renda para populações tradicionais e reduzindo a pressão sobre a floresta, além de iniciativas como o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC) que incentivam práticas agropecuárias sustentáveis (Assad; Pinto; Zullo Junior, 2013). Contudo, indicadores como o Índice de Desenvolvimento Sustentável de Municípios (IDSM) revelam que grande parte dos municípios amazônicos ainda apresenta baixos níveis socioeconômicos, mesmo diante de melhorias ambientais (Miranda; Furtado; Costa, 2017). Assim, o desenvolvimento sustentável na Amazônia exige ações integradas que articulem conservação, inclusão social e inovação tecnológica, com fortalecimento da bioeconomia, ampliação do crédito a pequenos produtores, investimentos em infraestrutura e pesquisa científica regionalizada, garantindo a participação das comunidades locais e a preservação dos serviços ecossistêmicos essenciais ao equilíbrio climático global.

Palavras-chave: Bioeconomia Amazônica; Agropecuária de Baixo Carbono; Governança Ambiental; Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS:

⁴⁵ Cursando Fisioterapia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, E-mail: rafaellablendaf@gmail.com

⁴⁶ Doutor em Biologia experimental, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leandro.dill@fcr.edu.br.

ASSAD, Eduardo Luiz de; PINTO, Helio Alves de Brito; ZULLO JUNIOR, José. O clima e o setor agropecuário brasileiro. Campinas: Embrapa, 2013.

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Aparecida Sinay. Fundamentos de política ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Cadeias produtivas da biodiversidade amazônica: oportunidades para o desenvolvimento regional. Brasília: Embrapa, 2012.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal. Relatório 2023/2024. São José dos Campos: INPE, 2024.

LOVEJOY, Thomas E.; NOBRE, Carlos. Amazon tipping point: last chance for action. *Science Advances*, v. 4, n. 2, p. 1-3, 2018.

MIRANDA, Adriano; FURTADO, Tarsila; COSTA, Mauro. Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Amazônia Legal. Belém: Imazon, 2017.

MOUTINHO, Paulo et al. Achieving zero deforestation in the Brazilian Amazon: what is missing? *Elementa: Science of the Anthropocene*, v. 4, n. 1, p. 1-14, 2016.

NOBRE, Carlos. A Amazônia no século XXI: desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Fórum Amazônia Sustentável, 2014.

REFLEXÃO SOBRE EMPREENDEDORISMO E TRABALHO PARA ADOLESCENTES

Priscilla Rodrigues Rocha Moreira⁴⁷

Taline Daiane Freitas Sales Pontes⁴⁸

Tais Pereira de Oliveira Reis⁴⁹

Wigna Kalene Venancio de Lima⁵⁰

Edney Costa Souza⁵¹

RESUMO

Vivemos em um mundo em constante transformação, onde as exigências do mercado de trabalho vão além das habilidades técnicas e formais. Diante desse cenário, torna-se cada vez mais importante que os jovens desenvolvam competências como criatividade, autonomia, proatividade e capacidade de resolver problemas. Nesse contexto, a escola exerce um papel fundamental na formação dos estudantes, não apenas transmitindo conteúdos acadêmicos, mas também preparando-os para os desafios da vida pessoal e profissional. O empreendedorismo surge, então, como uma ferramenta essencial para esse desenvolvimento. Mais do que abrir empresas, empreender significa ter uma atitude diante da vida: identificar oportunidades, propor soluções e transformar ideias em ações. Essa mentalidade empreendedora pode e deve ser estimulada desde cedo, permitindo que os alunos reconheçam seus próprios talentos e percebam que são capazes de construir seus próprios caminhos. Diante disso, este trabalho apresenta uma proposta de mini palestra sobre empreendedorismo para alunos do ensino médio, com o objetivo de despertar nos estudantes o interesse por atitudes empreendedoras, mostrando que empreender está muito mais relacionado com comportamento e visão de futuro do que, necessariamente, com ter um negócio próprio. A pesquisa se caracteriza como uma abordagem qualitativa, utilizando a realização de uma mini palestra como intervenção pedagógica. A atividade foi desenvolvida com alunos do ensino médio, em ambiente escolar, com duração de aproximadamente 20 minutos. A estrutura da palestra contemplou três momentos: introdução ao tema, apresentação de conceitos teóricos e exemplos práticos de atitudes empreendedoras. Foram utilizados recursos visuais e linguagem acessível para facilitar a compreensão. Após a exposição, foi promovido um diálogo aberto com os estudantes para estimular a participação e a reflexão. As percepções dos alunos foram registradas por meio de observação direta e anotações de campo. A mini palestra despertou grande interesse nos alunos, que demonstraram participação ativa durante o diálogo final. Foi possível observar o engajamento dos estudantes ao relatarem exemplos de atitudes empreendedoras presentes em seu cotidiano. Muitos compartilharam ideias de projetos escolares, evidenciando compreensão sobre o conceito de empreendedorismo. Observou-se ainda que a atividade estimulou à criatividade, à autonomia e ao protagonismo juvenil. Reconhecimento das próprias potencialidades como ponto de partida para criar oportunidades no futuro, além de fortalecer a autoconfiança dos e estimular uma visão

⁴⁷ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, priscilla.moreira@sou.fcr.edu.br.

⁴⁸ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, taline.pontes@sou.fcr.edu.br.

⁴⁹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, tais.reis@sou.fcr.edu.br.

⁵⁰ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Especialista em Direito do Trabalho, Brasil, kalene.venancio@fcr.edu.br.

⁵¹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br.

mais positiva sobre suas capacidades. A ação contribuiu para ampliar a visão dos estudantes sobre o mundo do trabalho, incentivando a reflexão sobre suas capacidades e potencial empreendedor. Os alunos foram estimulados a adotar uma postura mais proativa diante dos desafios, compreendendo que empreender vai além de abrir um negócio. A iniciativa destacou que atitudes como criatividade, iniciativa e vontade de fazer diferente são fundamentais para transformar ideias em ações.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Trabalho; Adolescente.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/bncc>. Acesso em: 10 jun. 2025.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 7. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

EMPREENDEDORISMO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL: CAPACITAÇÃO PARA A COMUNIDADE

Caio Luiz Duarte Raposo Bogo⁵²
Carolina de França e Silva Oliveira⁵³
Maria Luisa de Souza Toledo⁵⁴
Otávio Henrique Pereira Leite⁵⁵
Edney Costa Souza⁵⁶

RESUMO

O avanço tecnológico e a popularização da internet abriram novas possibilidades para o empreendedorismo, área que preza pela inovação. Nesse contexto, é essencial refletir sobre as questões que afligem a sociedade, pois identificar essas problemáticas é um caminho para resolvê-las. A inclusão digital desempenha um papel crucial na redução da lacuna entre os que têm acesso à informação e os que não a possuem. Portanto, é imprescindível considerar a inclusão social no empreendedorismo digital, evidenciando sua importância para as corporações e para a sociedade em geral, trazendo a discussão sobre o papel do empreendedorismo na solução de problemas sociais fundamentais. O empreendedorismo busca encontrar soluções inovadoras e adequadas, buscando benefícios para a comunidade. Inovar é identificar onde a sociedade está estagnada e encontrar maneiras de solucionar tais problemas em uma perspectiva de desenvolvimento. Um aspecto importante dentro do empreendedorismo digital é a inclusão social nesse meio, pois, segundo De Oliveira et al. (2009), o acesso às redes e tecnologias de informação são requisitos cada vez mais indispensáveis à participação social, às atividades econômicas e ao fortalecimento da cidadania. A exclusão digital, por sua vez, está intimamente ligada à exclusão socioeconômica, criando um ciclo vicioso onde a falta de acesso à tecnologia aprofunda as desigualdades sociais. De acordo com Freire (2006), considera-se digitalmente incluído um indivíduo que tem acesso não apenas à parte física do computador e à internet, mas também à educação necessária para discernir e usufruir das informações. Apesar de sua relevância, a exclusão digital ainda é um tema pouco discutido, conforme estudos de Mattos (2003), que apontam a necessidade de um melhor entendimento e ações para combater essa problemática, pois ela agrava e distancia as sociedades menos desenvolvidas das mais desenvolvidas. Levando isso em consideração, este projeto visa promover a inclusão digital e social por meio da capacitação em empreendedorismo digital, utilizando palestras como principal estratégia preventiva. O objetivo geral da pesquisa é capacitar a comunidade para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras digitais, promovendo a inclusão social e a acessibilidade. Os objetivos específicos são: 1. Instigar um ambiente propício para estimular debates acerca do tema; 2. Refletir sobre meios de garantir a acessibilidade digital; 3. Promover conscientização social sobre o empreendedorismo digital. O público-alvo deste projeto foi composto por membros da comunidade local, com ênfase em jovens e adultos em situação de vulnerabilidade

⁵² Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, caio.bogo@sou.fcr.edu.br.

⁵³ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.franca@sou.fcr.edu.br.

⁵⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.toledo@sou.fcr.edu.br.

⁵⁵ Graduando em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, otavio.leite@sou.fcr.edu.br.

⁵⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br.

social e econômica, que possuíam pouco acesso às tecnologias digitais. Considerando essa realidade, a metodologia adotada baseou-se em uma abordagem qualitativa e participativa, tendo como principal estratégia a realização de palestras para promover discussões a respeito da inclusão digital e social, que foram coordenadas por Maurício Orestes, empresário convidado para o evento. Essa escolha buscou proporcionar compreensão acerca das percepções, experiências e necessidades da comunidade em relação ao empreendedorismo digital, ao mesmo tempo em que visou estimular a reflexão crítica e a participação ativa dos indivíduos envolvidos. A pesquisa qualitativa mostrou-se adequada por permitir a exploração das subjetividades, dos significados e dos contextos sociais dos participantes, utilizando técnicas como observação participante, conversas reflexivas e análise do contexto estudado. Essa abordagem possibilitou compreender as dinâmicas sociais e culturais que influenciam tanto a inclusão digital quanto o desenvolvimento do empreendedorismo na comunidade. Observou-se que a comunidade compartilhou abertamente as dificuldades enfrentadas, tanto no que diz respeito ao conhecimento e à utilização das tecnologias, quanto no acesso a essas ferramentas devido às limitações econômicas. Muitos participantes relataram que, apesar de possuírem dispositivos como celulares ou computadores, enfrentam desafios significativos para utilizá-los de forma eficaz, seja por questões de habilidades técnicas ou pela dificuldade de acesso à internet de qualidade. Além disso, a ausência de recursos financeiros para cursos direcionados para essa capacitação foi uma barreira frequentemente mencionada. O ambiente proporcionado pelas palestras foi caracterizado pela troca de experiências e pela escuta ativa, onde os participantes expressaram que, ao compartilharem suas vivências e desafios, perceberam que suas dificuldades eram comuns a muitos, o que fortaleceu o senso de percepção da importância da temática. Os participantes relataram compreender o impacto social das tecnologias e a importância de uma utilização responsável e inclusiva, entendendo que as ferramentas digitais podem ajudar a promover mudanças positivas em suas comunidades, ou seja, as palestras criaram um espaço de reflexão, permitindo que os participantes reconhecessem suas potencialidades e entendessem a importância de buscar combater as barreiras impostas pela exclusão digital e social. Esse estudo reforça a importância da associação do empreendedorismo com políticas públicas que promovam a inclusão digital, considerando não apenas o acesso a dispositivos e conectividade, mas também a capacitação e o desenvolvimento de habilidades digitais, pois a inclusão digital vai além do acesso a tecnologias, sendo fundamental para a redução das desigualdades sociais em um mundo globalizado e digital.

Palavras-chave: Empreendedorismo Digital; Inclusão Social; Acessibilidade; Comunidade.

REFERÊNCIAS:

DE OLIVEIRA, Davi Montefusco et al. Empreendedorismo social com inclusão digital: o caso Pirambu Digital. *Análise—Revista de Administração da PUCRS*, v. 20, n. 2, 2009.

FREIRE, Isa M. Janelas da Cultura Local: Abrindo Oportunidades para Inclusão Digital. *Ci. Inf.*, Brasília, V. 35, N. 3, p. 227 – 235, set. / dez. 2006

MATTOS, Fernando A. M. Exclusão Digital e Exclusão Social: Elementos para um Discussão. *Transinformação*, Campinas, 15 (Edição Especial): 91 – 115, set. / dez., 2003.

MODELAGEM DO IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO TRATAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE PORTO VELHO/RO

Janaina Penha da Silva⁵⁷

Karen Ribeiro⁵⁸

Karina Ribeiro Ferreira de Medeiros⁵⁹

Lucas Azevedo de Aguiar⁶⁰

Márcia Andrea Ramalho de Araújo⁶¹

Rafael Bezerra Gomes⁶²

Wigna Kalene Venancio de Lima⁶³

Edney Costa Souza⁶⁴

RESUMO

Este conjunto de estudos analisa a situação da gestão de resíduos sólidos em Porto Velho, Rondônia, destacando aspectos legais, ambientais, sociais e estratégicos. Os principais pontos abordados são: Alinhamento das Políticas: As leis federais, estaduais e municipais relacionadas ao gerenciamento de resíduos mostram forte coerência, com foco na sustentabilidade, responsabilidade compartilhada, cooperação entre órgãos e valorização dos materiais recicláveis. Essa harmonia normativa pode potencializar a efetividade das ações, embora ainda seja necessário investigar como essas políticas são implementadas na prática. Transição de Lixões para Aterros Sanitários: Porto Velho vem avançando na substituição de lixões ilegais por aterros sanitários, conforme a Lei no 12.305/2010 (PNRS). Essa mudança traz benefícios ambientais e de saúde pública, mas enfrentam obstáculos como burocracia, necessidade de licenças ambientais e inclusão social dos catadores. A participação da sociedade e o fortalecimento de parcerias são essenciais para o sucesso dessa transição. Estratégias de Gestão e Desafios: Apesar de existirem ações formais, a coleta seletiva ainda é pouco eficiente, com baixa conscientização dos moradores e coleta indiferenciada por empresas terceirizadas. Os catadores desempenham papel fundamental na reciclagem, mas precisam de mais apoio, educação ambiental e incentivo. A logística reversa, compostagem e valorização dos resíduos são estratégias que podem melhorar a sustentabilidade do sistema. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com levantamento e análise documental de legislações federais, estaduais e municipais sobre a gestão de resíduos sólidos. Foram consultados relatórios oficiais, estudos acadêmicos e materiais disponibilizados por órgãos públicos como a SEMUSB. A análise dos dados

⁵⁷ Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, janaina.silva@sou.fcr.edu.br.

⁵⁸ Graduando em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, karen.silva@sou.fcr.edu.br.

⁵⁹ Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, karina.medeiros@sou.fcr.edu.br.

⁶⁰ Graduando em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucas.aguiar@sou.fcr.edu.br.

⁶¹ Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, marcia.araujo@sou.fcr.edu.br.

⁶² Graduando em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rafael.gomes@sou.fcr.edu.br.

⁶³ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Especialista em Direito do Trabalho, Brasil, kalene.venancio@fcr.edu.br.

⁶⁴ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br.

foi realizada por meio de leitura crítica e comparação entre as políticas e sua efetiva aplicação em Porto Velho. Também foram considerados artigos científicos e publicações técnicas relevantes para contextualizar os desafios e avanços observados no município. Os estudos mostram que, embora haja avanços legais e estruturais, a gestão de resíduos em Porto Velho ainda enfrenta desafios na implementação prática. Para alcançar uma gestão mais sustentável, é fundamental fortalecer a participação social, investir em educação ambiental, promover parcerias e buscar soluções inovadoras que transformem resíduos em oportunidades econômicas e ambientais. Os estudos realizados evidenciam avanços importantes na gestão de resíduos sólidos em Porto Velho, especialmente no alinhamento das políticas públicas e na transição para aterros sanitários. No entanto, persistem desafios significativos relacionados à efetividade da coleta seletiva, à inclusão social dos catadores e à conscientização da população. Para consolidar uma gestão sustentável, é essencial fortalecer a educação ambiental, ampliar as parcerias interinstitucionais e adotar estratégias inovadoras que valorizem os resíduos como recursos. A participação social permanece como elemento-chave para o sucesso das ações implementadas.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos; Insumo Produto; Reciclagem.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial da União, 2007.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Lei. no 12.305, de 2 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, 2010.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. Temas em psicologia, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAPRA, F. A teia da vida: uma nova comprovação científica dos sistemas vivos. 1999.

IBAM. Manual Gerenciamento Integrado. Sólidos-Gestão Integrada De Resíduos Sólidos. Instituto Brasileiro de Administração Municipal: Rio de Janeiro, 2001./JACOBI, P. R.;

BESSEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. Estudos avançados, v. 25, n. 71, p. 135-158, 2011.

KAWATOKO, I. E. S. Ferramentas de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos para os planos municipais de saneamento básico, aplicadas ao estudo de caso de Campinas-SP. Tese de Doutorado (Engenharia Hidráulica e Saneamento). Universidade de São Paulo. 2015.

ABRELPE, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (2011). Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2011. São Paulo: ABRELPE MPOG, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2013). Concepção da

unidade de gestão estratégica na administração pública federal. Brasília: Domínio Público.

O SARAMPO NA REGIÃO NORTE DO BRASIL (2010–2025): UM LEVANTAMENTO EPIDEMIOLÓGICO

Elisssandelli Galvão Cardoso⁶⁵

Leandro Soares Moreira Dill⁶⁶

RESUMO

O sarampo é uma doença viral imunoprevenível, causada por vírus da família Paramyxoviridae, gênero Morbillivirus. É altamente contagiosa, transmitida por secreções respiratórias e pode permanecer ativa no ambiente por até duas horas. A doença apresenta sintomas como febre alta, coriza, conjuntivite, tosse seca e exantema, podendo levar a complicações graves, especialmente em crianças e adultos com baixa imunidade. Os sintomas são apresentados como, pele apresenta erupções cutâneas com manchas vermelhas que se espalham pelo corpo, geralmente começando no rosto e atrás das orelhas. Essas manchas podem ter tons de vermelho, roxo ou marrom, dependendo da cor da pele da pessoa. A erupção cutânea do sarampo geralmente dura de 4 a 7 dias. O sarampo é uma enfermidade contagiosa que já era conhecida na Antiguidade, com registros que remontam ao século IX. A descrição clínica inicial mais aceita foi elaborada por um médico persa chamado Rhazes. Contudo, o vírus responsável pela doença só foi isolado em 1954 por John Enders e Thomas Peebles, que identificaram o agente em um estudante acometido. Esse avanço foi fundamental para a criação de métodos de prevenção da doença. John Enders e Thomas Peebles, pesquisadores da saúde, são mais reconhecidos por sua contribuição na criação da vacina contra o sarampo. Eles isolaram o vírus do sarampo e elaboraram uma vacina viva atenuada, a qual foi fundamental para a diminuição expressiva dos casos da enfermidade e para evitar muitas fatalidades. A vacina contra o sarampo foi criada nos anos 60 e autorizada nos Estados Unidos em 1963. É uma vacina que utiliza vírus atenuados, proporcionando uma resposta imunológica eficiente e prolongada. No Brasil, foi implementada em 1967, e sua inclusão no Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 1973 foi fundamental para uma redução significativa nos casos da enfermidade. O sarampo é uma enfermidade viral aguda, que possui alta capacidade de transmissão e pode ser evitada através da imunização. Embora tenha havido progressos na contenção da enfermidade e o Brasil tenha recebido a certificação de erradicação do sarampo em 2016, foi identificado um aumento considerável a partir de 2018, principalmente na Região Norte do país. Apesar de o Brasil ter feito avanços significativos na contenção do sarampo, sendo premiado em 2016 pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) com a certificação de eliminação da circulação do vírus em nível endêmico, a realidade piorou a partir de 2018. Foi registrado um aumento considerável no número de infecções, especialmente na Região Norte, com estados como Amazonas, Roraima e Pará sendo os mais impactados. Essa situação gerou preocupação quanto à fragilidade do sistema de vigilância e aos desafios relacionados à cobertura de vacinação, especialmente em regiões com acesso limitado ou em contextos sociais e econômicos precários. O objetivo geral propõe analisar os fatores associados ao ressurgimento do sarampo na Região Norte entre 2010 e 2025, já o objetivo específico, avaliar a evolução dos casos de sarampo, investigar a relação com a cobertura vacinal e propor estratégias preventivas. Uns dos problemas levantados foram quais fatores contribuíram para o reaparecimento do sarampo na Região Norte do Brasil entre 2010 e 2025, mesmo após a

⁶⁵ Graduanda, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

⁶⁶ Doutor em Biologia experimental, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leandro.dill@fcr.edu.br.

certificação de erradicação da doença no país em 2016? A metodologia do trabalho é um estudo epidemiológico descritivo, com análise documental baseada em dados secundários de fontes oficiais, os dados foram extraídos de boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde e de estudos científicos indexados foram analisadas taxas de incidência, internações e cobertura vacinal por ano. O estudo epidemiológico descritivo é um tipo de pesquisa voltado para observar, registrar, descrever e analisar a distribuição e frequência de doenças em populações, considerando variáveis como tempo, local e características dos indivíduos afetados (como idade, sexo, grupo étnico, etc.). Conclui-se que região Norte apresentou um aumento considerável de infecções de sarampo, com surtos relevantes nos estados do Amazonas e Roraima. O estudo conclui que o reaparecimento do sarampo na Região Norte do Brasil está diretamente relacionado à diminuição das taxas de imunização, à fragilidade das campanhas de vacinação e às dificuldades logísticas enfrentadas pelos estados da região.

Palavras-chave: Vacinação; Sarampo; Região.

REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

CAMILO, T. L. F. O.; GOMES, R. R. C.; SOUZA, R. V. O ressurgimento do sarampo na Região Norte do Brasil e sua relação com a crise migratória venezuelana. Revista Multidisciplinar em Saúde, v. 2, n. 4, p. 123, 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Alerta epidemiológico: Sarampo na Região das Américas, 28 de fevereiro de 2025. Washington, D.C.: OPAS/OMS, 2025. Disponível em: <https://www.paho.org/sites/default/files/2025-03/2025-fev-28-phe-alerta-epi-sarampopt-final>.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

Marcia Meira dos Santos⁶⁷
Leandro Soares Moreira Dill⁶⁸

RESUMO

Neste trabalho, quero abordar um tema muito importante e atual: o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Quando falamos em Amazônia, logo pensamos em floresta, biodiversidade, rios enormes e uma natureza rica. Mas nem sempre lembramos que milhões de pessoas vivem lá e dependem dessa riqueza para sobreviver. O desenvolvimento sustentável é justamente isso: crescer de forma equilibrada, respeitando a natureza e garantindo qualidade de vida para as pessoas, hoje e no futuro. A Amazônia tem um papel fundamental no equilíbrio do clima do planeta. Ela abriga milhares de espécies de plantas e animais e é um dos maiores reservatórios de água doce do mundo. Porém, essa região vem enfrentando sérios problemas como desmatamento, queimadas, exploração ilegal de madeira e garimpo, além de conflitos com comunidades tradicionais e indígenas. O desenvolvimento sustentável surge como uma alternativa viável e necessária. Não se trata de impedir o crescimento econômico, mas sim de fazer com que ele aconteça de forma justa, ecológica e consciente. A intenção deste trabalho é refletir sobre como isso pode acontecer na prática. O objetivo geral deste trabalho é analisar a importância do desenvolvimento sustentável na região amazônica. Mais especificamente, busco entender quais são os principais desafios, identificar ações que já estão sendo feitas nesse sentido e mostrar como é possível promover o crescimento econômico sem causar destruição ambiental. O problema principal é o modelo de exploração adotado em muitas partes da Amazônia, que prioriza lucros imediatos e ignora os impactos a longo prazo. Esse modelo tem causado danos sérios, como a degradação do solo, poluição dos rios, perda de biodiversidade e ameaça às populações tradicionais que vivem da floresta. A pergunta que fica é: como desenvolver a Amazônia de forma sustentável, protegendo seus recursos e garantindo dignidade para quem vive lá. Para a elaboração deste trabalho, utilizei como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. Fiz uma seleção de artigos acadêmicos, reportagens, vídeos educativos e materiais de ONGs que atuam na região. Também busquei exemplos práticos de projetos que já foram aplicados com sucesso na Amazônia, tanto por governos quanto por comunidades locais. O objetivo foi reunir informações claras e confiáveis que ajudassem a construir uma visão mais concreta sobre o tema. Com base nas pesquisas realizadas, percebi que o desenvolvimento sustentável na Amazônia já está acontecendo em várias frentes, embora ainda enfrente muitas dificuldades. Um dos exemplos é o manejo florestal sustentável, que permite a retirada de madeira sem causar danos à floresta, garantindo que ela continue viva e se regenerando. Outro exemplo importante é a valorização dos produtos da floresta, como a castanha-do-pará, o açaí, o cupuaçu e as plantas medicinais. Esses produtos geram renda para comunidades locais sem a necessidade de desmatamento. Além disso, o turismo ecológico tem se mostrado uma alternativa interessante, pois atrai visitantes do mundo todo que querem conhecer a floresta e aprender com os povos tradicionais. Também encontrei vários projetos liderados por indígenas e ribeirinhos que mostram como é possível viver da floresta sem destruí-la. Muitas dessas comunidades têm um conhecimento profundo do território e podem ser protagonistas de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável. No

⁶⁷ Graduanda, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

⁶⁸ Doutor em Biologia experimental, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leandro.dill@fcr.edu.br.

entanto, os desafios ainda são grandes. Falta investimento em educação, infraestrutura e tecnologia apropriada para essas regiões. Muitas vezes, os projetos sustentáveis não recebem o apoio necessário do governo ou de grandes empresas. Além disso, ainda existe muito incentivo para atividades predatórias, como o garimpo e a agropecuária extensiva. Com esse trabalho, percebo que o desenvolvimento sustentável na Amazônia é mais do que uma possibilidade – é uma necessidade urgente. A floresta tem valor, e esse valor não está apenas na madeira ou no minério, mas também na vida que ela abriga, no clima que ela regula e no conhecimento que ela guarda. Proteger a Amazônia é proteger o futuro do planeta. E isso só será possível se todas as partes envolvidas – governos, empresas, comunidades locais e sociedade civil – trabalharem juntas. É preciso respeitar a floresta e seus povos, investir em ciência e tecnologia, e, acima de tudo, mudar a mentalidade de exploração por uma de convivência harmoniosa com a natureza. Desenvolver de forma sustentável significa cuidar do meio ambiente, gerar empregos, melhorar a vida das pessoas e garantir que as próximas gerações também possam se beneficiar de tudo o que a Amazônia oferece. É um caminho mais longo e mais desafiador, mas também muito mais justo e duradouro.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Amazônia; Preservação Ambiental; Comunidades Tradicionais; Exploração Consciente.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Desenvolvimento sustentável na Amazônia. Disponível em: <https://www.gov.br/mma>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro. Amazônia: biodiversidade, desmatamento e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

FERREIRA, Leandro; MARTINS, Isabel. Economia verde na Amazônia: possibilidades e desafios. Revista Brasileira de Desenvolvimento Sustentável, v. 9, n. 1, p. 15-27, 2022.

SILVA, Marcos Aurélio da. Amazônia sustentável: desafios para o século XXI. Curitiba: Appris, 2019.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

AS DIFICULDADES NOS TRATAMENTOS DE FERIDAS DE LEISHMANIA TEGUMENTAR AMERICANA EM RONDÔNIA

Thyciana Cardoso Valente⁶⁹
Leandro Soares Moreira Dill⁷⁰

RESUMO

Leishmaniose tegumentar é uma doença parasitária causada por protozoários do gênero *Leishmania* da família *Psychodidae* e Subfamília *Phlebotominae* a doença é transmitida após a picada das fêmeas do mosquito hematófago, ela pode parecer em formas de lesões na pele e na mucosa parecidas a úlceras que podem estar espalhadas pelo corpo, sendo elas indolores, lesões com bordas elevadas e fundo levemente vermelho, feridas que não cicatrizam facilmente. Em casos mais extremos, podem atingir mucosas, causando sangramentos no nariz, dificuldade para engolir ou falar, destruição de tecidos nasais ou orais. (DUVANE et al., 2017). Os flebotomíneos pertencem à Ordem Diptera, Família *Psychodidae* e Subfamília *Phlebotominae*. São insetos hematófagos que se alimentam de sangue, eles são os responsáveis pela transmissão das Leishmanioses em vertebrados e seres humanos. (LYRA, M. R. 2013). A maior parte dos casos está na região Norte do Brasil, sendo a maioria em áreas urbanas, com 54% dos registros. Em seguida, vêm os habitantes de áreas rurais, representando 46%. Já as zonas urbanas das outras regiões apresentam menos de 1% dos casos, registrando a menor taxa comparado às outras. (ESTUMANO et al., 2020) Analisar os aspectos biológicos, epidemiológicos e terapêuticos da Leishmaniose Tegumentar no Brasil, com foco nos sintomas, no vetor transmissor, nas regiões mais afetadas e nos tratamentos disponíveis pelo SUS. A Leishmaniose Tegumentar é uma doença infecciosa de grande relevância em saúde pública, especialmente no Brasil, onde se observa uma alta incidência de casos nas regiões Norte e em áreas de urbanização precária. O avanço da urbanização desordenada, aliado à falta de saneamento básico e à presença de vetores em ambientes domiciliares e peridomiciliares, contribui significativamente para a manutenção da transmissão da doença. Este trabalho será desenvolvido com base em uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, utilizando artigos científicos, publicações oficiais do Ministério da Saúde, Google Acadêmico e outras fontes confiáveis. A análise será feita por meio da interpretação de dados já existentes, com enfoque na descrição e discussão dos tópicos abordados. A pesquisa será organizada em seções temáticas, conforme os objetivos específicos. Espera-se que este estudo contribua para a ampliação do conhecimento sobre a Leishmaniose Tegumentar, promovendo maior conscientização da população sobre os sintomas, formas de prevenção e importância do diagnóstico precoce. Pretende-se, também, fortalecer a divulgação de informações sobre os tratamentos disponíveis pelo SUS, além de subsidiar ações de pública e orientar profissionais e estudantes na atuação em áreas endêmicas. A Leishmaniose Tegumentar representa um sério problema de saúde pública no Brasil, especialmente em regiões com condições precárias de saneamento e controle ambiental. Este trabalho reforça a importância da conscientização da população quanto aos modos de transmissão, sintomas e medidas preventivas, além de destacar a necessidade de aprimorar os tratamentos oferecidos pelo SUS. Conclui-se que a educação em saúde, aliada a ações

⁶⁹ Graduando em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thyciana.valente@sou.fcr.edu.br

⁷⁰ Doutor em Biologia experimental, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leandro.dill@fcr.edu.br.

efetivas de combate ao vetor, é fundamental para a redução dos casos e dos impactos sociais da doença.

Palavras-chave: Leishmaniose; Rondônia; Saúde.

REFERÊNCIAS:

DUVANEL, Rayan Pereira; NICOLI, Bruna Moreira; DE ALMEIDA VALENTIM, Vinicius Pedro. LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA-RELATO DE CASO. Anais do Seminário Científico do UNIFACIG, n. 3, 2017.

LYRA, Marcelo Rosandiski. Ensaio clínico fase III para Leishmaniose Tegumentar Americana forma cutânea: equivalência entre esquemas de alta e baixa dose de antimoniato de meglumina. 2013.

E ESTUMANO, Joás Cavalcante; SÁ, Lucas Lopes; MACÊDO, Caroline Gomes. Leishmaniose tegumentar americana: Análise epidemiológica de uma década no interior da Amazônia, Brasil. Brazilian journal of development, v. 6, n. 6, p. 36311-36325, 2020.

MONITORAMENTO AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA RELACIONADOS À GESTÃO DE RESÍDUOS HOSPITALARES EM PORTO VELHO/RO

Karolyne Victória Silva Araújo⁷¹

Larissa Menezes Silva⁷²

Evellen Ortis de Moraes Carvalho⁷³

Karen das Neves Araújo Vieira⁷⁴

Raissa Castro Vieira⁷⁵

João Carlos Oliveira de Jesus⁷⁶

José Alberto Oliveira de Paula Machado⁷⁷

RESUMO

O presente trabalho integra o projeto de extensão “Monitoramento Ambiental na Saúde Pública na Gestão de Resíduos Hospitalares”, desenvolvido com o objetivo de analisar, por meio de uma abordagem teórica e prática, os mecanismos adotados pelo poder público municipal no gerenciamento de resíduos oriundos de unidades hospitalares em Porto Velho/RO. A pesquisa surgiu da necessidade de compreender como a gestão desses resíduos impacta diretamente a saúde coletiva e o meio ambiente, especialmente em áreas urbanas com crescente demanda por serviços de saúde e infraestrutura adequada para o tratamento de resíduos perigosos. Considerando a relevância sanitária e ambiental do tema, a iniciativa proporcionou aos discentes uma experiência crítica e interdisciplinar sobre as políticas públicas locais, destacando aspectos relacionados à legislação vigente, às responsabilidades administrativas e à eficácia das ações governamentais. A atividade extensionista também buscou fortalecer o vínculo entre universidade e sociedade, promovendo o engajamento estudantil em questões concretas da realidade municipal. A abordagem utilizada envolveu a realização de entrevistas com servidores públicos e colaboradores, os quais forneceram informações relevantes sobre o funcionamento da coleta, tratamento e destinação final dos resíduos hospitalares. A partir desse contato direto com a realidade local, foi possível identificar os principais desafios enfrentados pela gestão pública, tais como a escassez de recursos técnicos, a necessidade de capacitação de pessoal e a precariedade de infraestrutura em alguns pontos do sistema, bem como possíveis estratégias para o aprimoramento das práticas existentes. Dessa forma, o projeto contribui para o debate acadêmico e institucional, ressaltando a importância do monitoramento ambiental e da gestão eficiente dos resíduos de serviços de saúde no contexto urbano de Porto Velho/RO, promovendo reflexões relevantes para a construção de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, com métodos descritivos e analíticos para investigar a gestão dos resíduos hospitalares em Porto Velho e seus impactos ambientais e sanitários. As etapas incluem revisão bibliográfica e documental com base em normas de órgãos como ANVISA, CONAMA e OMS; estudo de campo em unidades hospitalares (Hospital de Base); entrevistas e questionários com servidores

⁷¹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, karolyne.araujo@sou.fcr.edu.br

⁷² Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, larissa.menezes@sou.fcr.edu.br

⁷³ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, raissa.vieira@sou.fcr.edu.br

⁷⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, karen.vieira@sou.fcr.edu.br

⁷⁵ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, evellen.carvalho@sou.fcr.edu.br

⁷⁶ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.jesus@sou.fcr.edu.br

⁷⁷ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Doutor em Ciências Jurídicas - UNIVALI/SC, jose.machado@fcr.edu.br

públicos do SEMUSB e SEMUSA; e análise dos impactos ambientais e à saúde pública; tabelas de medição de resíduos. Por fim, serão propostas diretrizes, recomendações e conscientização para melhorar o gerenciamento e o monitoramento ambiental desses resíduos na cidade. O projeto visa alcançar resultados significativos na melhoria da qualidade ambiental e da saúde pública em Porto Velho, por meio de ações voltadas à gestão eficiente dos resíduos hospitalares. Espera-se reduzir os índices de contaminação do solo, da água e do ar, promovendo práticas sustentáveis de descarte nas unidades de saúde. Nesse contexto, destaca-se a importância da separação adequada dos resíduos desde a sua origem, garantindo o correto acondicionamento, coleta e destinação final. Além disso, busca-se ampliar a conscientização de profissionais da área e da comunidade quanto aos riscos associados ao manejo inadequado dos resíduos, fortalecendo a responsabilidade coletiva e contribuindo para um ambiente mais seguro, saudável e ecologicamente equilibrado. Verificou-se a importância da fiscalização, da capacitação profissional e da conscientização social. Conclui-se que o gerenciamento adequado é essencial para a promoção da saúde pública e a preservação ambiental. O projeto atinge seu objetivo ao propor ações de conscientização direcionadas aos responsáveis, com base nas fiscalizações, visando a uma gestão mais eficiente e sustentável.

Palavras-chave: Resíduos Hospitalares; Saúde Pública; Monitoramento Ambiental; Gestão de Resíduos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. Brasília: BVS, 2000.

BRASIL. Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTADO, EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Camille Vitória Borges⁷⁸
Lorhane Lima da Silva⁷⁹
Raissa Cavalcante Moura⁸⁰
Leandro Soares Moreira Dill⁸¹

RESUMO

O desenvolvimento sustentável representa um dos maiores desafios contemporâneos e exige esforços coordenados entre diferentes setores da sociedade. Em um contexto global marcado por mudanças climáticas, desigualdades sociais crescentes e esgotamento de recursos naturais, torna-se cada vez mais evidente que a atuação isolada de governos, empresas ou organizações da sociedade civil é insuficiente para promover transformações efetivas. Assim, parcerias estratégicas entre o Estado, empresas privadas e organizações sociais emergem como soluções viáveis e promissoras. Essas parcerias buscam conjugar recursos, competências e objetivos comuns, promovendo ações que transcendam interesses individuais em prol do bem coletivo. A literatura aponta que abordagens intersetoriais são essenciais para enfrentar problemas complexos e sistêmicos, como a erradicação da pobreza, o acesso à educação de qualidade e a mitigação das mudanças climáticas. A importância da atuação conjunta é também ressaltada pela Agenda 2030 da ONU, que estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e destaca a relevância de alianças globais e locais. O presente estudo tem como objetivo principal analisar como as parcerias estratégicas entre Estado, empresas e organizações sociais podem contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU. Especificamente, busca-se identificar os fatores que favorecem ou dificultam a construção de alianças intersetoriais sustentáveis, além de mapear boas práticas no contexto brasileiro que exemplifiquem essa sinergia positiva entre os setores. A questão central que orienta este estudo é: de que forma a articulação entre o Estado, o setor empresarial e as organizações da sociedade civil pode superar os desafios estruturais que impedem o avanço do desenvolvimento sustentável em escala local e regional? Esse problema emerge da constatação de que, apesar da ampla divulgação da Agenda 2030 e da crescente adesão ao discurso da sustentabilidade, ainda são escassas as iniciativas verdadeiramente integradas e duradouras que consigam unir interesses distintos em torno de metas comuns, de forma ética e comprometida com o bem público. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com base em revisão bibliográfica e análise documental. Foram consultados artigos acadêmicos, relatórios de instituições multilaterais, documentos governamentais e estudos de caso sobre experiências de parcerias intersetoriais no Brasil e em outros países da América Latina. O levantamento de dados foi realizado entre março e maio de 2025. Foram selecionadas, como objeto de análise, quatro experiências emblemáticas de cooperação entre os três setores em áreas como meio ambiente, educação, economia solidária e saúde pública. A análise dos dados coletados foi conduzida com base em categorias temáticas que abordam o grau de integração, os resultados alcançados e os mecanismos de governança utilizados. Os

⁷⁸ Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

⁷⁹ Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

⁸⁰ Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

⁸¹ Doutor em Biologia experimental, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leandro.dill@fcr.edu.br.

resultados obtidos revelam que, quando bem estruturadas, as parcerias intersetoriais podem gerar impactos significativos tanto em termos de alcance social quanto de inovação e eficiência na execução de projetos. No caso da educação ambiental, por exemplo, um programa desenvolvido no estado do Paraná, envolvendo secretarias estaduais, uma cooperativa de reciclagem e uma grande empresa do setor alimentício, conseguiu reduzir em 40% o descarte inadequado de resíduos em escolas públicas, ao mesmo tempo em que promoveu capacitação para professores e alunos. Outro caso analisado foi o de uma parceria entre uma rede de supermercados, uma ONG e uma prefeitura do interior de São Paulo, voltada à inclusão produtiva de catadores de materiais recicláveis. O projeto não apenas ampliou a renda e melhorou as condições de trabalho dos envolvidos, como também estimulou a população local a adotar práticas mais sustentáveis de descarte e consumo consciente. Além disso, observou-se que o engajamento comunitário é mais efetivo quando há investimento em comunicação social e educação popular. A análise realizada evidencia que as parcerias estratégicas entre o Estado, empresas e organizações sociais constituem um caminho promissor para a concretização dos objetivos do desenvolvimento sustentável. No entanto, é fundamental que tais parcerias sejam pautadas pela transparência, corresponsabilidade, planejamento de longo prazo e mecanismos de monitoramento e avaliação participativos. É preciso superar a visão utilitarista que, por vezes, guia a atuação empresarial no campo social e ambiental, e fomentar uma cultura de colaboração que valorize a escuta mútua, o respeito às diferenças e a valorização do conhecimento local. O fortalecimento das capacidades institucionais, a criação de incentivos públicos e o reconhecimento de boas práticas são estratégias que podem ampliar a efetividade das parcerias e garantir sua continuidade. Por fim, destaca-se a necessidade de ampliar os espaços de participação social e de promover a educação para a cidadania como pilares fundamentais de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Parcerias Intersetoriais; Governança Colaborativa; Responsabilidade Social; Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS:

SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2015.

TENÓRIO, F. G. Gestão Social: Uma perspectiva conceitual. Revista de Administração Pública, v. 39, n. 5, p. 1053- 1077, 2005.

LEITE, S. P.; GOMES, C. M. Parcerias público-privadas e o desenvolvimento sustentável. Revista Brasileira de Gestão Ambiental, v. 13, n. 2, p. 123-141, 2019.

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA REGIÃO AMAZÔNICA

Stéfanie Guimarães⁸²
Leandro Soares Moreira Dill⁸³

RESUMO

A região Amazônica brasileira, que compreende mais de 60% do território nacional, representa não apenas um bioma de importância global devido à sua biodiversidade e papel crucial na regulação do clima, mas também uma das áreas mais vulneráveis do país em termos sociais, econômicos e políticos. Para além das questões ambientais que frequentemente ganham destaque, a Amazônia é palco de graves e sistemáticas violações de Direitos Humanos, especialmente contra as populações tradicionais que nela vivem – povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas e extrativistas. Essas populações enfrentam uma série de desafios históricos e contemporâneos, como a negação do direito à terra, à saúde, à educação, à segurança, à identidade cultural e à autodeterminação. A intensificação de atividades ilegais, como o garimpo, o desmatamento e a grilagem de terras, tem provocado conflitos fundiários e ambientais, ameaçando diretamente a sobrevivência de povos originários e a integridade dos ecossistemas. Além disso, o avanço de grandes projetos de infraestrutura e agropecuária, frequentemente incentivados por políticas estatais ou omissões institucionais, contribui para a marginalização e criminalização de comunidades tradicionais e suas lideranças. A atuação de milícias, facções criminosas, e o enfraquecimento de órgãos de fiscalização ambiental e de proteção aos direitos humanos acentuam ainda mais o cenário de insegurança e impunidade. Nesse contexto, torna-se urgente e necessário desenvolver pesquisas que não apenas denunciem essas violações, mas que também busquem compreender suas causas estruturais e apontem caminhos possíveis para a efetivação dos Direitos Humanos na região. Este trabalho tem como objetivo central analisar as principais violações de Direitos Humanos na Amazônia brasileira, identificar os fatores que as sustentam e avaliar as políticas públicas e ações da sociedade civil voltadas à proteção das populações locais. A partir de uma abordagem qualitativa, serão utilizadas revisão bibliográfica, análise documental e estudo de casos recentes, com o intuito de construir uma reflexão crítica, atualizada e comprometida com a justiça social e ambiental. Dessa forma, este projeto pretende contribuir para o fortalecimento do debate acadêmico e político sobre os direitos das populações amazônicas, destacando a necessidade de políticas públicas intersetoriais, de fiscalização eficaz e do reconhecimento do protagonismo dessas comunidades na defesa de seus territórios e modos de vida. Com isso, busca-se fomentar a construção de estratégias de enfrentamento que articulem sustentabilidade, equidade e dignidade humana. Objetivo: Analisar as principais violações de Direitos Humanos na Amazônia e avaliar as políticas e iniciativas aplicadas para a sua proteção, identificar os tipos mais recorrentes de violações de Direitos Humanos na Amazônia nos últimos três anos, investigar os fatores políticos, econômicos e sociais que favorecem a perpetuação dessas violações. Avaliar a eficácia das políticas públicas e das ações de organizações não governamentais na proteção dos direitos das populações tradicionais. Propor medidas e estratégias que fortaleçam a defesa e a promoção dos Direitos Humanos na região. Problema: Quais são as principais violações de Direitos

⁸² Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil
stefanie.guimaraes@sou.fcr.edu.br.

⁸³ Doutor em Biologia experimental, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil,
leandro.dill@fcr.edu.br.

Humanos na região Amazônica, suas causas estruturais, e quais medidas estão sendo efetivamente aplicadas para garantir a proteção e a promoção desses direitos? Este estudo utilizará abordagem qualitativa, por meio de: Revisão bibliográfica: Levantamento e análise de livros, artigos acadêmicos, relatórios de ONGs e órgãos governamentais sobre a temática. Análise documental: Estudo de documentos oficiais, como relatórios da ONU, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, IBGE, FUNAI, e Ministério dos Direitos Humanos. Estudo de casos: Análise de situações concretas de violações ocorridas na Amazônia nos últimos três anos, como casos envolvendo conflitos agrários e violações de direitos de povos indígenas. As fontes serão analisadas segundo o método de análise de conteúdo, buscando categorizar as principais formas de violação e as respostas institucionais. Espera-se que a pesquisa: Apresente um panorama atualizado sobre a situação dos Direitos Humanos na Amazônia. Evidencie as principais fragilidades nas políticas públicas de proteção. Contribua para a produção de conhecimento científico que subsidie futuras ações sociais, jurídicas e políticas voltadas à defesa dos direitos das populações amazônicas. Elabore propostas que possam ser consideradas por órgãos públicos e organizações da sociedade civil na formulação de estratégias de intervenção. A Amazônia, enquanto espaço geográfico e cultural, representa um dos maiores desafios para a garantia dos Direitos Humanos no Brasil. A vulnerabilidade das populações locais, somada aos interesses econômicos e à omissão estatal, cria um cenário crítico de violações sistemáticas. Este projeto busca, portanto, contribuir para o fortalecimento do debate acadêmico e social sobre o tema, reforçando a necessidade de políticas públicas mais efetivas, de maior fiscalização estatal e de protagonismo das comunidades afetadas na construção de soluções sustentáveis e justas.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Amazônia; Conflitos Fundiários; Comunidades Tradicionais; Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil – 2023. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai>. Acesso em: 10 jun. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: resultados da população indígena e quilombola. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

ONU – Organização das Nações Unidas. Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Amazônia. Genebra: Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SUSTENTABILIDADE E FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE EM ESTRUTURA REAPROVEITADA

Beatriz Farhat Pinheiro⁸⁴

Flaudemir Reis de Oliveira⁸⁵

Lucas Gabriel Santos de Carvalho⁸⁶

Mariana Calil Gusson Fontenele dos Reis⁸⁷

Rômulo Aleixo Costa⁸⁸

Sabrina Garcia de Oliveira⁸⁹

Thauane Gabrielle Ferreira de Moraes Lima⁹⁰

Vinicius Tome Santos Guimarães⁹¹

José Alberto Oliveira de Paula Machado⁹²

RESUMO

O axioma central do Projeto é oriundo do tema “Análise de Impactos Ambientais de Obras Públicas”, que ao longo das reuniões em grupo, contudo, refinando mais essa análise ao título apresentado no resumo e trata-se da reutilização de um prédio público abandonado pertencente ao IPAM em uma Unidade de Saúde para SEMUSA, visto que a atual situação do prédio é de completo abandono o que gera gastos, atrai para o ambiente criminalidade, usuários de drogas e acúmulo de doenças, além disso, o não aproveitamento do dinheiro público investido na construção do prédio somado ao fato de o IPAM pagar aluguel por outro lugar. O desenvolver do estudo fez com que o grupo elaborasse o trabalho com o objetivo de alcançar os resultados esperados pela ONU para atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 – expansão do acesso à saúde - 11 - reutilizar espaços urbanos de forma inteligente e sustentável, efetivando os princípios constitucionais e ambientais e, conseqüentemente, abordar a multidimensionalidade da sustentabilidade e da economia “Donut”. A questão central deste estudo parte da ociosidade de imóveis públicos, como o prédio do IPAM em Porto Velho, que, em situação de abandono, gera impactos sociais e ambientais negativos. Ademais, a região apresenta alta demanda por serviços de saúde entre moradores sem acesso à rede privada. E, o estudo busca analisar a reutilização de bens públicos inutilizados como uma solução viável e sustentável para ampliar o acesso à saúde, promover a revitalização urbana e efetivar a função social da propriedade pública, em consonância com os princípios constitucionais e os ODS 3 e 11. A metodologia adotada neste projeto foi de natureza qualitativa e exploratória, combinando pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo; abrangeu obras sobre sustentabilidade urbana, direito ambiental, função social da propriedade e gestão de

⁸⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, beatriz.pinheiro@sou.fcr.edu.br.

⁸⁵ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, flaudemir.oliveira@sou.fcr.edu.br.

⁸⁶ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucas.carvalho@sou.fcr.edu.br.

⁸⁷ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, mariana.reis@sou.fcr.edu.br.

⁸⁸ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, romulo.costa@sou.fcr.edu.br.

⁸⁹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sabrina.oliveira@sou.fcr.edu.br.

⁹⁰ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thauane.lima@sou.fcr.edu.br.

⁹¹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vinicius.guimaraes@sou.fcr.edu.br.

⁹² Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutor em Ciências Jurídicas pela UNIVALI/SC, Brasil, jose.machado@fcr.edu.br.

serviços de saúde e analisou a legislação pertinente (Constituição Federal, Estatuto da Cidade, leis ambientais), dados sobre imóveis públicos ociosos em Porto Velho e informações sobre a estrutura do IPAM e a pesquisa de campo foi realizada nas proximidades do prédio colhendo dados com formulários; ademais, o estudo de caso foi focado na análise específica do imóvel do IPAM na Rua Venezuela, avaliando suas condições estruturais, localização, entorno e potencial de adaptação para uma UBS., análise técnicas, de plantas e documentos do imóvel, e consulta a especialistas em engenharia. A reutilização do prédio público do IPAM para a implantação de uma unidade de saúde mostrou-se viável social, ambiental, jurídica e economicamente. A pesquisa de campo indicou que a maioria da população local não possui plano de saúde e precisa se deslocar a outros bairros, demonstrando uma demanda real pelos serviços. A comunidade apoiou amplamente a proposta, o que reforça sua relevância social. O estudo jurídico confirmou que a proposta está de acordo com a função social da propriedade pública e com os princípios constitucionais de sustentabilidade. Também foram desenvolvidos instrumentos legais para viabilizar o projeto, como o projeto de lei de doação do imóvel e a criação do fundo FUN-UBS. A iniciativa representa economia de recursos públicos e promove a revitalização urbana sustentável. O projeto alcançou os objetivos propostos, demonstrando a viabilidade da reutilização de imóvel público para fins de saúde. A pesquisa de campo confirmou a necessidade da comunidade local e seu apoio à proposta. O estudo jurídico assegurou respaldo normativo e constitucional à iniciativa. A proposta apresentou soluções concretas, com enfoque sustentável e de baixo custo. Conclui-se que a intervenção proposta é técnica, social e legalmente viável. O projeto reafirma a importância da função social da propriedade pública. A atuação em grupo proporcionou aprendizado acadêmico e engajamento comunitário. Assim, a iniciativa pode servir de modelo para outras intervenções urbanas sustentáveis.

Palavras-chave: Reutilizar; Sustentabilidade; Função Social da Propriedade; Doação.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 jun. 2025.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 416p. ISBN 978-85-450-0589-6.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sustainable Development Goal 3: Saúde e Bem-Estar**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em: 06 jun. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sustainable Development Goal 11: Cidades e comunidades sustentáveis**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 06 jun. 2025.

RAWORTH, Kate. **Economia Donut: Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. Zahar.

RODRIGUES, Marcelo A. **Direito ambiental. (Coleção esquematizado®)**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.179. ISBN 9786553624894. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624894/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

REESCREVENDO HISTÓRIAS NO SISTEMA PRISIONAL

Jéssica Viana Soares Miranda⁹³
Kayo Vinícius Andrade Oliveira⁹⁴
Lázaro da Silva⁹⁵
Maria Clara Silva de Oliveira⁹⁶
Sarah Yoko Okabayashi⁹⁷
Carolina Simões Correia⁹⁸

RESUMO

O acesso à leitura no sistema prisional é um direito previsto na SEÇÃO V, “Da Assistência Educacional” da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984). No entanto, muitos presídios carecem de acervos precários, prejudicando a ressocialização dos internos, bem como a remição de pena por leitura amparada pelo art. 5º da Resolução nº 391 de 10 de maio de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além disso, o sistema prisional brasileiro enfrenta diversos desafios, como superlotação, condições precárias e dificuldades no acesso à justiça. Diante disso, este projeto justifica-se pela necessidade de conscientizar a comunidade acadêmica e a sociedade civil sobre o sistema prisional e os direitos das pessoas privadas de liberdade, garantindo que essas pessoas tenham acesso a um tratamento digno sem sofrer violência física ou moral, bem como o acesso a assistência educacional por meio de livros instrutivos, recreativos e didáticos. Este projeto tem como objetivo geral arrecadar livros e criar ou ampliar bibliotecas dentro das unidades prisionais, contribuindo para a educação, reinserção social e bem-estar dos detentos. Além disso, busca monitorar a situação carcerária, e conscientizar a sociedade sobre a necessidade de um sistema prisional mais humanizado. Sendo os objetivos específicos realizar visitas a unidades prisionais para diagnóstico das condições de encarceramento, bem como criar parceria com órgãos públicos, como Defensoria Pública, OAB, Ministério Público para mobilizar a comunidade acadêmica e a sociedade para doação de livros, e sensibilizar e mobilizar a comunidade acadêmica e a sociedade civil sobre o sistema prisional e os direitos dos presos, por meio da exposição do banner na faculdade e/ou da publicação da atividade nas redes sociais da faculdade. O projeto vislumbrou a parcerias institucionais para estabelecer cooperação com órgãos públicos, como Defensoria Pública, OAB, Ministério Público para mobilizar a comunidade acadêmica e a sociedade para doação de livros. Além de realizar visitas às unidades prisionais a fim de averiguar como estão sendo aplicado os direitos dos internos, com o intuito de produzir relatórios relatando as condições dos locais visitados e encaminhar denúncias e/ou sugestões de melhorias às autoridades competentes. Ainda realizar Campanha de Arrecadação de livros na Faculdade Católica de Rondônia e nos órgãos públicos parceiros do projeto. O projeto teve o apoio do Ministério Público do Estado de Rondônia, sendo este, a Faculdade Católica e o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia pontos de arrecadação, e resultou na arrecadação de mais de 560 livros, que foram organizados e destinados à Unidade Prisional 603. Durante a visita, foi possível observar as condições estruturais da unidade, bem como as limitações no acesso à leitura pelos internos. A escuta ativa

⁹³ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

⁹⁴ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

⁹⁵ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

⁹⁶ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

⁹⁷ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil.

⁹⁸ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br.

dos apenados e servidores permitiu a produção de um relatório detalhado, com apontamentos sobre as necessidades locais e sugestões de melhorias, que serão encaminhadas aos órgãos competentes. A ação mobilizou a comunidade acadêmica e parceiros institucionais, demonstrando o potencial da extensão universitária na promoção dos direitos humanos e na transformação da realidade prisional por meio da educação e da cidadania. O projeto evidenciou a importância da leitura como ferramenta de ressocialização no sistema prisional, reforçando o direito à educação e à dignidade da pessoa privada de liberdade. Através da arrecadação e do incentivo à leitura, bem como da articulação entre instituições acadêmicas e órgãos públicos, foi possível fortalecer ações voltadas para o acesso à informação, promoção da cidadania e valorização do ser humano. A iniciativa mostrou que, ao investir na educação dentro do cárcere, contribui-se para a redução da reincidência e para a construção de novas perspectivas de vida aos reeducandos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 12/03/2025.

BRASIL. Resolução no 391, de 10 de maio de 2021. Resolução No 391, de 10 de Maio de 2021. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça (Cnj), 11 maio 2021. p. 2-5. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3918>. Acesso em: 01 abr. 2025.

DIREITOS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE : GUIA DE LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL. Brasília: Conselho Nacional de Justiça - Cnj, 05dez. 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/12/guia-pessoas-privadas-de-liberdade-v5-2024-12-05.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL. Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei. Brasília, DF, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 12 mar. 2025.